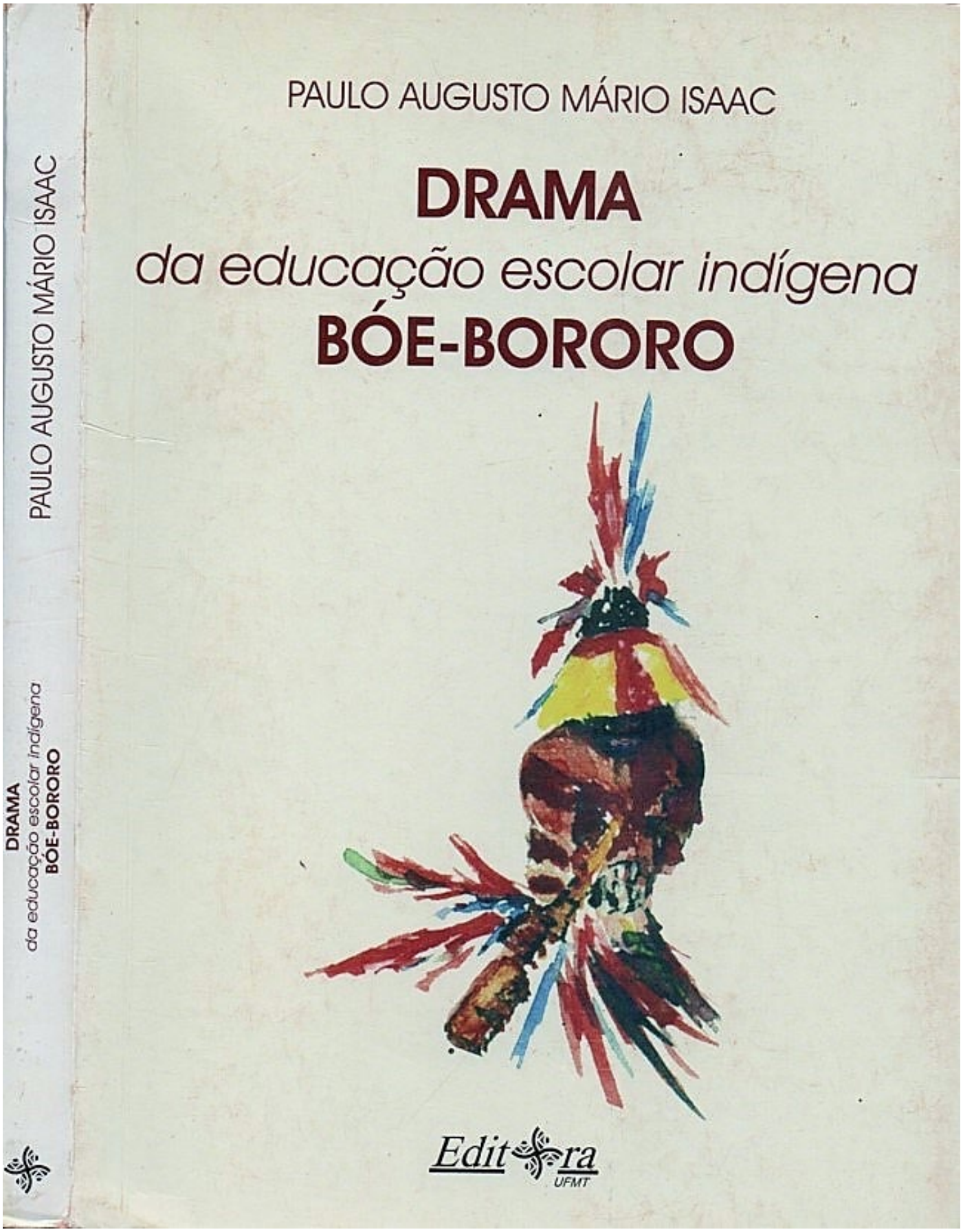
1ª PARTE



Dados Preliminares, Teorias e Metodologias – interessa especialmente aos cientistas e estudantes de nível superior para as suas pesquisas.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Este livro foi publicado originalmente na versão impressa em 2004. Ela pode ser adquirida neste site http://www.pauloisaac.com/nossas-publicacoes.

Esta publicação em versão eletrônica contém o mesmo conteúdo.

Ao ser escrita, a obra tinha também um caráter didático, por isso seus capítulos foram organizados para atender públicos diversificados, interessados em assuntos específicos, como por exemplo, somente pela vida e cultura dos Bóe-Bororo.

Para tornar mais fácil o acesso aos assuntos exclusivos, decidimos, nesta versão eletrônica, publicar a obra em seis partes específicas, objetivando atender esse público especial.

1ª parte: Dados Preliminares, Teorias e Metodologias – interessa particularmente aos cientistas e estudantes de nível superior.

2ª parte: Bóe-Bororo – quem são, onde e como vivem esses índios é um assunto de interesse geral.

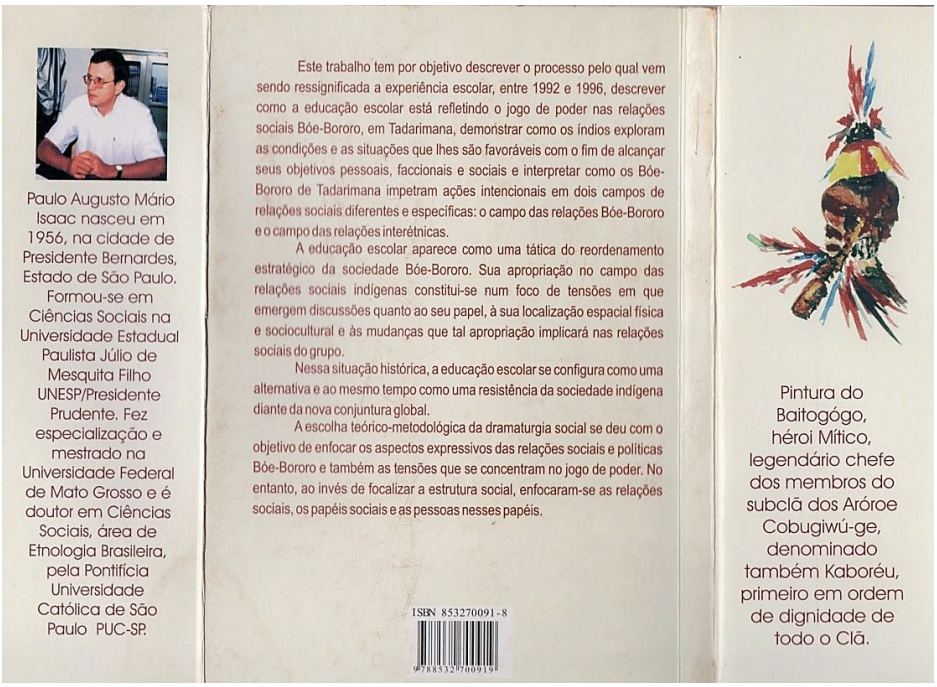
3ª parte: Tadarimana - o cenário do Drama – localizada no município de Rondonópolis, essa Terra Indígena é descrita em seus aspectos territoriais, demográficos e socioculturais.

4ª parte: A Educação Escolar Indígena e os **Bóe**-Bororo – interessa aos estudiosos e trabalhadores da educação.

5ª parte: O Drama da Educação Escolar Bóe Bororo – escrito em forma de teatro, esse capítulo conta, em quatro atos, como essa etnia optou por agregar a educação escolar em sua vida.

6ª parte: Conclusão e dados finais – envolve as considerações finais do Autor, bibliografia, glossário e anexos.

Em todas as partes, publicamos as páginas essenciais que compõem a caracterização da obra: conselho editorial, ficha catalográfica, sumário, apresentação e introdução e, na parte final, a bibligrafia, glossário e anexos. Dessa forma, o leitor que se interessar apenas por uma das partes terá fácil acesso ao conteúdo essencial para compreensão da obra completa.



Paulo Augusto Mário Isaac nasceu em 1956, na cidade de Presidente Bernardes, Estado de São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP/Presidente Prudente. Fez especialização e mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso e é doutor em Ciências Sociais, área de Etnologia Brasileira, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP.

Este trabalho tem por objetivo descrever o processo pelo qual vem sendo ressignificada a experiência escolar, entre 1992 e 1996, descrever como a educação escolar está refletindo o jogo de poder nas relações sociais Bóe-Bororo, em Tadarimana, demonstrar como os índios exploram as condições e as situações que lhes são favoráveis com o fim de alcançar seus objetivos pessoais, faccionais e sociais e interpretar como os Bóe-Bororo de Tadarimana impetram ações intencionais em dois campos de relações sociais diferentes e específicas: o campo das relações Bóe-Bororo e o campo das relações interétnicas.

A educação escolar aparece como uma tática do reordenamento estratégico da sociedade Bóe-Bororo. Sua apropriação no campo das relações sociais indígenas constitui-se num foco de tensões em que emergem discussões quanto ao seu papel, à sua localização espacial física e sociocultural e às mudanças que tal apropriação implicará nas relações sociais do grupo.

Nessa situação histórica, a educação escolar se configura como uma alternativa e ao mesmo tempo como uma resistência da sociedade indígena diante da nova conjuntura global.

A escolha teórico-metodológica da dramaturgia social se deu com o objetivo de enfocar os aspectos expressivos das relações sociais e políticas Bóe-Bororo e também as tensões que se concentram no jogo de poder. No entanto, ao invés de focalizar a estrutura social, enfocaram-se as relações sociais, os papéis sociais e as pessoas nesses papéis.

ISBN 853270091-8

Pintura do Baitogógo, héroi Mítico, legendário chefe dos membros do subclã dos Aróroe Cobugiwú-ge, denominado também Kaboréu, primeiro em ordem de dignidade de todo o Clã.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Reitor
Prof. Dr. Paulo Speller

Vice-Reitor
Prof. Dr. José Eduardo de A. S. do Nascimento

Pró-Reitora Administrativa e de Planejamento
Téc. Adm. Esp. Adriana Rigon Weska

Pró-Reitora de Ensino e Graduação
Profª. Drª. Matilde Araki Crudo

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação
Profª. Drª. Marinéz Issac Marques

Pró-Reitora de Vivência Acadêmica e Social
Profª. MSc. Marilda Esteves Calhão Matsubara

Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Paulo Teixeira de Sousa Júnior

Editora UFMT

Coordenador
Prof. Dr. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo

Supervisor Técnico
Paulo Silva Ribeiro

Conselho Editorial da EdUFMT
Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo (Presidente)
Alice Maria Teixeira de Sabóia
Célia M. Domingues da R. Reis
Elizabeth Madureira de Siqueira
Luis Alberto Esteves Scaloppe
Manoel F. de V. Mota
Paulo Modesto Filho
Suze Silva Oliveira

ISBN: 85-327-0091-8
Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa s/nº.
Fone/fax: 65 – 615 8325
Coxipó da Ponte – Cuiabá – MT – 78.060-900
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Decreto nº. 1825 de 20/12/1907.
edufmt@cpd.ufmt.br

Copyright © 1999 by Paulo Augusto Mário Isaac

Ficha Catalográfica

I73d Isaac, Paulo Augusto Mário
Drama da educação escolar indígena BÓE-BORORO/ Paulo Augusto Mário Isaac – Cuiabá: EdUFMT, 2004.
286p.

CDU – 376.74(=87)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação indígena – Mato Grosso
2. Indíos - Educação e relações políticas
3. Relações Interétnicas

Capa: Dr.ª Renate Brigitte Viertler (pintura em aquarela)
Arte Final: Mariana Albuquerque Linhares, Isabelle Rodrigues, Marlei Rosa e Jender Gregori
Revisão: Sueli Ferraz Afonso
Editoração Eletrônica: Lucien Lescano de Souza

Editora filiada à
ABEU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Mato Grosso e ao Programa PICD/CAPES que financiaram e viabilizaram este trabalho.

Às seguintes instituições: FUNAI, CIMI, SEDUC, Missão Salesiana do Merúri e CICAF, especialmente às pessoas cujo empenho viabilizou meus estudos.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização da pesquisa, especialmente às antropólogas doutoras Edir Pina de Barros e Renate Brigite Viertler, a educadora professora MSc. Sílvia de Fátima Pilegi Rodrigues e meu filho Augusto Isaac, que acompanharam comigo o drama Bóe-Bororo.

Aos professores indígenas Bakairi, **Bóe**-Bororo, Ekpen, Karajá, Mundurukú, Nambikwára, Paresi, Rikbaktsá, Umutina e Xavante, com os quais tive contato e pude compreender um pouco da lógica da educação escolar para esses povos.

Aos amigos da A. I. de Tadarimana. Como protagonistas do drama, eles me permitiram realizar esta pesquisa. Sou particularmente grato a Amarílio **Toribúgo**, Avelino **Macaw**, Beatriz **Kiga**, Benedito Mailton **Toroprado**, Eduardo **Koge**, Erotildes **Ó**, Hermes **Aijáko Borobó**, Joaquim Batista **Bruduí**, Luiz Carlos **Okoeréu**, Maria Divina Arruda, Maria Divina **Ituraredo**, Martins dos Santos **Mérikúdu**, Moacir **Koguwiepa**, Norival **Koge**, Sílvio Mário **Oikare** e Valdemar **Borobó.**

Obrigado a todos os **Bóe**-Bororo que, desde o nosso primeiro encontro, em 1990, me honram com sua amizade.

A eles que resistem e são Bóe, na vida e na morte.

APRESENTAÇÃO

Cada palavra é uma borboleta morta espetada na página:
por isso a palavra escrita é muito triste.
(Mário Quintana)

Mais triste ainda torna-se a palavra quando busca-se traduzir o sentimento de um povo que vive em meio a uma situação colonial, subjugado em seu próprio território, exilado em seu próprio chão. Este é o caso das etnias indígenas brasileiras, dentre elas a Bororo, outrora senhora de um vasto território hoje reduzido a pequenas ilhas em meio a um mar de violência e opressão.

Dezenas de estudiosos, nacionais e estrangeiros, dentre eles Claude Lévi-Strauss, voltaram a sua atenção para esse povo que se autodenomina **Bóe**, pelo esplendor de sua arte, pela requintada elaboração de seu universo de sociabilidade, por seu complexo ritual funerário e trágica história, dentre outras coisas. Mas nenhum deles se dedicou a estudar, de forma sistemática, a questão da educação escolar entre os Bororo. A pesquisa realizada por Paulo Augusto Mário Isaac, enquanto parte integrante de sua formação para a obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, representa um primeiro esforço no sentido de preencher essa lacuna crítica e muito tem a contribuir para o debate sobre a delicada questão da educação escolar indígena no Brasil.

O tema é instigante, e o autor recorreu a uma abordagem teórico-metodológica conhecida nas Ciências Sociais como "análise de drama", para recuperar o cenário, os atores em suas diferentes posições e papéis, as múltiplas vozes, os embates interétnicos, trazendo à tona a dilemática situação de uma nação que resiste em meio a um ambiente que lhe é hostil.

Ainda que as palavras escritas sejam tristes e que os seus conteúdos semânticos sejam insuficientes para traduzir esse drama, fruto de relações entre desiguais e diferentes, a sensibilidade de Paulo Augusto Mário Isaac, a quem eu tive o prazer de orientar, levou-o a buscar um caminho que cedesse espaços aos Bóe-Bororo. Que o leitor faça bom proveito!

Edir Pina de Barros
Doutora em Antropologia
Universidade Federal de Mato Grosso

A foto abaixo não consta no livro. Refere-se a uma ilustração colocada pelo Autor para homenagear a sua orientadora, a antropóloga e poetiza Professora Doutora Edir Pina de Barros.

A foto é de 1996, por ocasião da defesa de mestrado do Autor, na Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação Pública, Linha de Pesquisa em Educação Escolar Indígena.

DEDICATÓRIA

Pelo compromisso e amor para comigo, dedico este livro, com muito carinho, aos meus pais Antonio Isaac e Apparecida Mário Isaac, meus irmãos Celso, Marcos, Oscásia e Flávio, meus filhos Andréia, Augusto e Iara e à minha esposa Sílvia.

Pelo compromisso e amor para com os Bororo, dedico-o às professoras Irmãs Maria Ossemer e Valdina Tambosi, ao mestre Mário Bordignon **Enawuréu** e ao padre Gonçalo Ochoa Camargo **Cibaeikare**.

A todos um caloroso abraço.

Dedico também ao meu filho Igor Rodrigues Isaac que nasceu após a publicação desta obra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 - HORIZONTE TEÓRICO-METODOLÓGICO 19

CAPÍTULO 2 - BÓE-BORORO 37

2.1. ORIGEM 37
2.2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL 39
2.3. LOCALIZAÇÃO ATUAL 40
2.4. MULTIPLICIDADE DE RELAÇÕES 44
2.5. A LÍNGUA BÓE-BORORO 48
2.6. ASPECTOS BÁSICOS DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL BÓE-BORORO 51
2.6.1. SOBRE AS RELAÇÕES DE PARENTESCO E DE PODER 55

CAPÍTULO 3 - TADARIMANA: O CENÁRIO DO DRAMA 69

3.1. ALDEIA E GRUPOS FAMILIARES DA ÁREA INDÍGENA TADARIMANA 73
3.1.a - ALDEIA CENTRAL DE TADARIMANA 73
3.1.b - JURIGUE 76
3.1.c - PAULISTA 76
3.1.d - POBORE 77
3.1.e - PRAIÃO 79
3.2. UM BREVE HISTÓRICO DE TADARIMANA E DO CONTATO 80
3.2.1. O CONTATO 81

CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E OS BÓE-BORORO 89

4.1. O PROJETO TUCUM E OS BÓE-BORORO 97
4.2. A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM TADARIMANA 104

CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS BÓE DE TADARIMANA: O DRAMA MANIFESTADO DURANTE O SEMINÁRIO 113

1º. ATO 113
2º. ATO 115
3º. ATO 172
4º. ATO 195
CONSIDERAÇÕES FINAIS 241
GLOSSÁRIO 253
BIBLIOGRAFIA 259
ANEXO I - PORTARIA 299 DE 17/5/96 - DECLARAÇÃO DE POSSE PERMANENTE DOS ÍNDIOS DA TERRA INDÍGENA TEREZA CRISTINA 266
ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA TADARIMANA 267
ANEXO III - CHACINA DO MERÚRI 268
ANEXO IV - RESUMO DO PROJETO TUCUM 269
ANEXO V - DECRETO N.º 26/91, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991 271
ANEXO VI - FERRONORTE 272
ANEXO VII - HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ 275
ANEXO VIII - PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 559 277
ANEXO IX - ORIGEM DOS CÃES 281
TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS PELO AUTOR 285

ABREVIATURAS

A.D.R. - Administração Regional da FUNAI
A.D.R./ROO - Administração Regional da FUNAI de Rondonópolis
A.D.R./CBA - Administração Regional da FUNAI de Cuiabá
A.I.T. - Área Indígena Tadarimana
CAIEMT - Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso
CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC
CDHSB/ROO - Centro de Direitos Humanos "Simão Bororo" de Rondonópolis
C.E.I./MT - Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado de Mato Grosso
CICAF - Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
E.B.I - Enciclopédia Bororo, Volume I
E.B.II - Enciclopédia Bororo, Volume II
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GPH - Grupo Político Hegemônico
MEC - Ministério da Educação e Desportos
N.E.I. - Núcleo de Educação (e/ou Estudos) Indígena
N.E.I./MT - Núcleo de Educação Indígena do Estado de Mato Grosso
OPAN - Operação Amazônia Nativa (sucessora da Operação Anchieta)
P.I. - Posto Indígena da FUNAI
P.I.T. - Posto Indígena da FUNAI, localizado na Área Indígena Tadarimana
PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agroambiental
SMEC/ROO - Secretaria Municipal de Educação e Cultural do Município de Rondonópolis
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso

SIL - Summer Institute of Linguistics / Sociedade Internacional de Lingüística
S.P.I. - o mesmo que S.P.I.L.T.N.
S.P.I.L.T.N. - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UFMT - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este trabalho se volta para a educação escolar entre os **Bóe**-Bororo[1] da Área Indígena Tadarimana[2], Estado de Mato Grosso, no período de 1992 a 1996.

Seu objetivo é descrever e analisar a educação escolar nesse contexto, buscando identificar como ela aí reflete o jogo de poder nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, de modo a demonstrar como eles exploram as condições que lhes são favoráveis para alcançar seus objetivos pessoais e faccionais, através de ações intencionais em dois campos de relações diferenciados: o campo das relações intra-societárias e o campo das relações interétnicas.

Assume-se a hipótese de que a educação escolar indígena vem sendo ressignificada enquanto parte de um processo mais amplo de reordenação das estratégias políticas diante do novo contexto político-institucional e socioeconômico que se estrutura, sobretudo a partir de 1992, quando o Estado brasileiro transfere responsabilidades da Fundação Nacional do Índio para outras esferas político-administrativas, tais como a educação escolar e a saúde indígenas para o Ministério da Educação e da Saúde, respectivamente.

Para tanto, buscou-se enfocar a ação social, individual e grupal na microestrutura em processo de interação com as macroestruturas, enquanto um drama tal como proposto por Erving Goffman (1992), complementada com o interpretativismo de Clifford Geertz (1989) e com a noção de situação histórica de João Pacheco de Oliveira Filho (1988). Outros rèferenciais teóricos oriundos da sociologia política e da antropologia foram utilizados, tais como os conceitos de estratégia, tática, faccionalismo e relações interétnicas. Recorreu-se ainda aos estudos etnográficos sobre a sociedade **Bóe**-Bororo e à bibliografia pertinente ao campo da educação escolar indígena.

---

[1] Sobre os significados das palavras **Bóe** e **Bororo**, vide glossário. Neste trabalho, usarei o binômio **Bóe**-Bororo para designar o povo indígena Bororo; entretanto, quando se fizer uma citação ou transcrição de texto, utilizarei, *ipsis litteris*, o termo usado pelo autor.

[2] **Tadarimana** - Área Indígena Bororo localizada à margem esquerda do **Pogúbo** (rio Vermelho), à montante da atual cidade de Rondonópolis, sul do Estado de Mato Grosso. Os outros significados da palavra, vide glossário.

A via de acesso ao objeto foi o Seminário de Educação Escolar Indígena realizado de 11 a 13 de dezembro de 1995, na Escola Municipal Leosídio Fermal, P.I. de Tadarimana. O Seminário foi proposto pelos índios, com a presença das lideranças **Bóe**-Bororo da própria Área e de duas antropólogas, quatro estudantes de mestrado da UFMT e quatro representantes de organizações governamentais e não governamentais que atuam na área de educação escolar indígena.

A transcrição do Seminário serviu de roteiro para a análise do drama, conforme se verificará no decorrer deste estudo. Contudo, soma-se, para fins de análise, uma experiência mais ampla, obtida através de um trabalho de campo que atravessou seis anos.

O livro está estruturado em cinco capítulos, assumindo o quinto a forma de teatro dramático[3].

O capítulo I, Horizonte teórico-metodológico, se refere à fundamentação teórica e metodológica deste trabalho, que permitirá ao leitor compreender os conceitos e as concepções que serviram de parâmetros para as análises feitas.

O capítulo II, **Bóe**-Bororo, tem por objetivo fornecer alguns dados históricos, demográficos, geográficos e lingüísticos sobre essa sociedade e, mais precisamente, sobre suas relações sociais e de poder tradicionais. Através deste quadro mais geral, pretende-se situar os **Bóe**-Bororo de Tadarimana no contexto socioistórico desse povo e permitir ao leitor compreender melhor as relações de parentesco como dominantes na sociedade em foco, em detrimento das relações de produção, como é o caso da sociedade capitalista. É fundamental essa compreensão para se entender o jogo de poder no qual a escola é um foco de tensão.

No capítulo III, Tadarimana: o cenário do drama, busca-se dar um panorama histórico e demográfico da área indígena e de suas aldeias, localizar os grupos faccionais e mostrar a educação escolar como um elemento pensado na reordenação da estratégia política

[3] A técnica usada na elaboração do texto dramatúrgico teve como referência bibliográfica MAGALDI, 1986.

diante da sociedade de contato, sua ressignificação e, no quadro das mudanças, as tensões existentes inerentes ao processo.

O capítulo IV, A educação escolar indígena e os **Bóe**-Bororo, se volta para a contextualização da educação escolar desse povo no quadro mais geral da educação escolar indígena no país. A ênfase é dada às concepções teóricas e políticas que nortearam a política indigenista ao longo deste século, período em que várias tentativas de introdução da educação escolar foram feitas entre os **Bóe**-Bororo, destacando-se, ao final, Tadarimana. Para compreender a situação atual da educação escolar entre os **Bóe**-Bororo, optou-se por dar uma breve noção do que é o Projeto Tucum (Programa de Formação de Professores Indígenas – 1995-2000) e quais as intenções do Estado e dos índios na articulação da política educacional implantada em Mato Grosso.

O capítulo V, O drama manifestado, centrado no referido Seminário, tem por objetivo fazer a análise de como a sociedade **Bóe**-Bororo de Tadarimana está ressignificando a educação escolar indígena no novo contexto global que se institucionalizou no Brasil, a partir de 1992, e como ela está refletindo o jogo de poder nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais na Comunidade[4]. Neste capítulo, configura-se a convergência, mas, sobretudo, as diferenças e divergências entre a política indigenista e a política indígena, expostas num evento em que índios e brancos[5] se confrontam para pensar, sob óticas e lógicas diferentes, a educação escolar. O Seminário expôs o jogo de poder na sociedade indígena de Tadarimana e revelou que existem intencionalidades pessoais e faccionais na formulação do projeto político da Comunidade. Porém, os interesses pessoais e faccionais se subordinam à política social da sociedade indígena, em decorrência de decisões coletivas. A este capítulo seguem as considerações finais.

---

[4] Embora a definição do termo Comunidade seja controvertida do ponto de vista da antropologia e da sociologia, utilizar-se-á a denominação Comunidade no sentido que os **Bóe**-Bororo de Tadarimana lhe atribuem: para designar o grupo social incluso numa determinada área indígena.

[5] Outro termo usualmente empregado pelos **Bóe**-Bororo e que se utilizará no decorrer da obra com o significado empregado pelos próprios índios, embora seu uso seja controvertido em termos antropológicos. Branco(s) se refere, neste trabalho, aos não índios.

Reconheço a dificuldade do pesquisador trabalhar com um objeto em construção, sobretudo quando seu "olhar é de fora para dentro". Outro problema é ser, simultaneamente, estudioso e militante da causa indígena, ainda mais quando estão em jogo as relações políticas de um sistema que precisa ser compreendido em duas dimensões: a das relações internas de uma sociedade específica e as interétnicas.

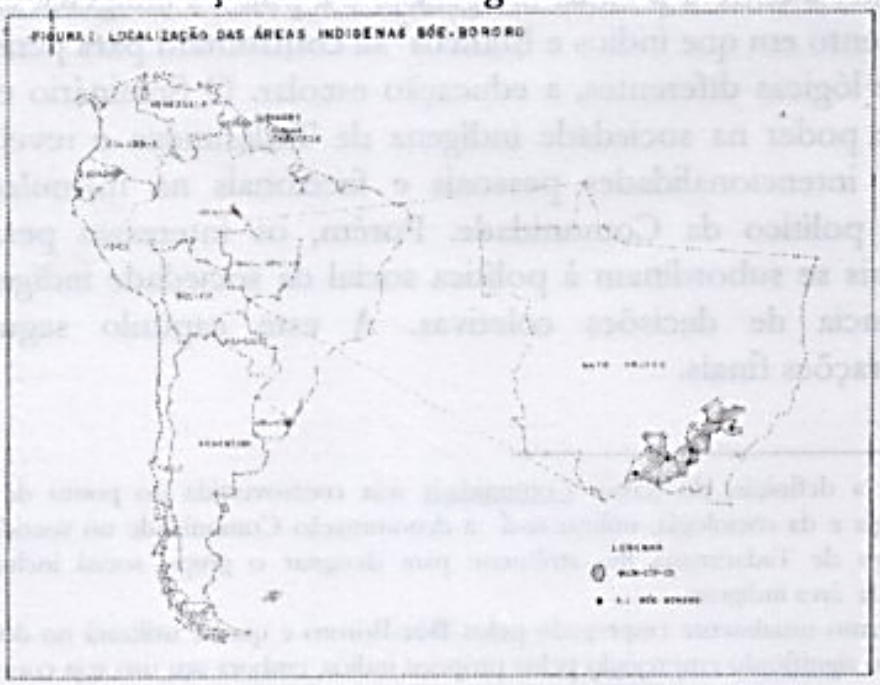
Manter o rigor científico foi, sem dúvida, o meu grande desafio pessoal. Procurei revê-lo escolhendo uma metodologia cuja principal característica é dar voz aos atores sociais diretamente envolvidos no drama.

Ao ler este livro, o leitor poderá participar ativamente dele, acompanhando o desenrolar dos fatos e suas implicações por meio das falas dos índios, das minhas análises e de suas próprias interpretações e críticas.

Este trabalho é uma contribuição à reflexão acerca da educação escolar indígena, na medida em que não se restringiu à discussão na perspectiva da escola, e sim da educação em uma multiplicidade de relações.

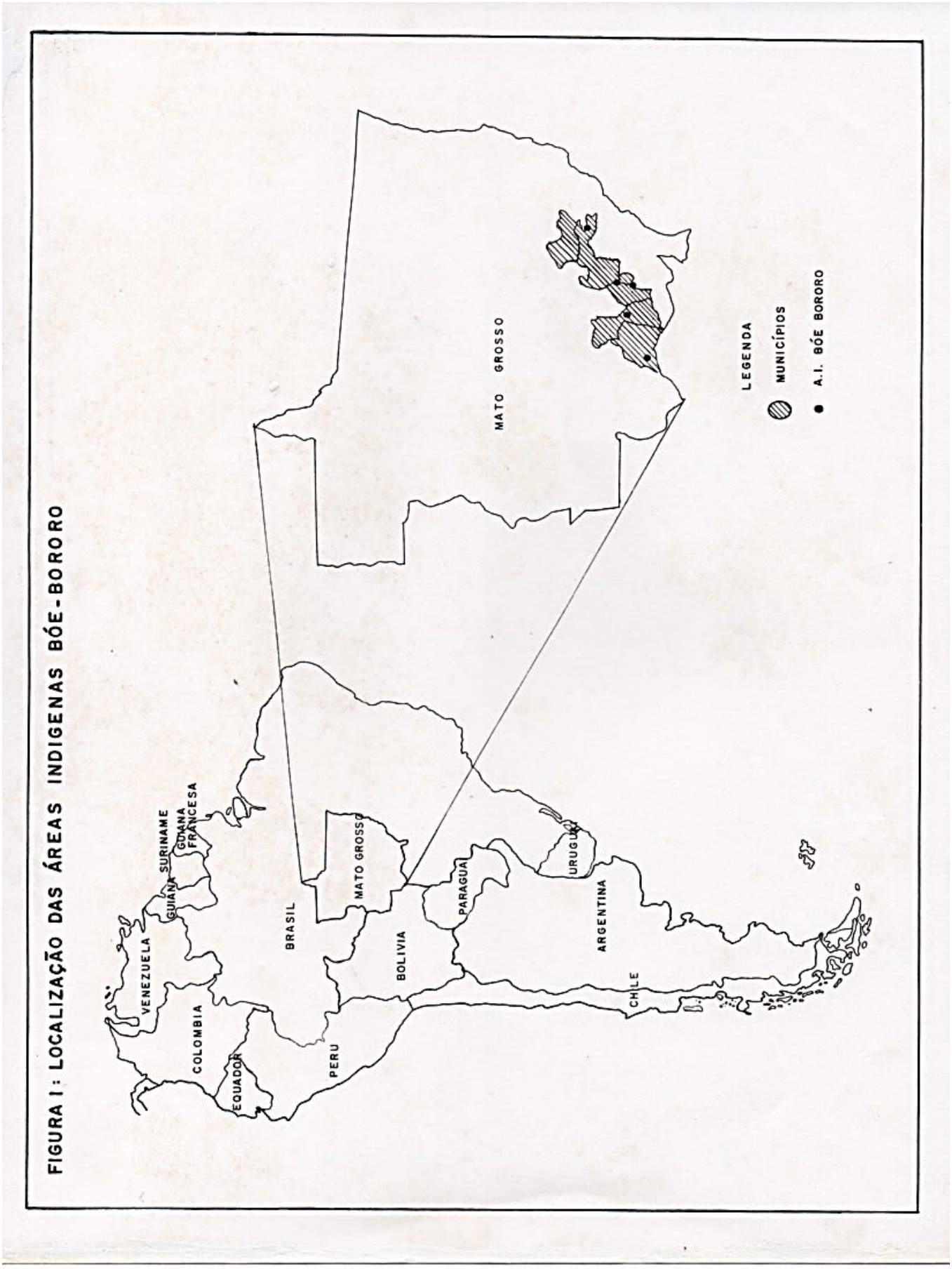
Resultado de um trabalho engajado de seis anos de contato permanente com os **Bóe**-Bororo e dois anos e meio de pesquisa contínua, em minha descrição está implícito o ponto de encontro do cruzamento de nossas experiências. Espero poder passar ao leitor um pouco do que tive a oportunidade de aprender e o muito do respeito que tenho pelos atores deste drama.

Figura I: Localização das áreas indígenas **Bóe**-Bororo – dez./97



A figura abaixo pertence à **página 18** do livro impresso. Ela foi acrescentada nesta versão para facilitar a sua visualização.

FIGURA 1: Localização das áreas indígenas Bóe-Bororo – dez.1977



Capítulo 1

HORIZONTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A dramaturgia social de Erving Goffman é a abordagem teórico-metodológica central eleita para enfocar os aspectos expressivos das relações sociais e políticas **Bóe**-Bororo, cujo fulcro de toda produção simbólica está nas relações de parentesco (e não nas relações de produção como na sociedade capitalista), e as tensões que se concentram no jogo de poder.

É preciso considerar, entretanto, que a dramaturgia social de Goffman se fundamenta teoricamente no interacionismo simbólico.

Segundo Teresa M. F. Haguette:

> *A escola da interação simbólica se reporta em origem a clássicos da sociologia do fim do século dezenove, tais como Charles Horton Cooley (1864-1929), W.I. Thomas (1863-1947) e George Herbert Mead (1863-1931), embora o termo interacionismo simbólico tenha sido cunhado por Herbert Blumer em 1937. Os pontos comuns aos três envolvem as concepções da sociedade como um processo, do indivíduo e da sociedade como estreitamente inter-relacionados e do aspecto subjetivo do comportamento humano como uma parte necessária no processo de formação e manutenção dinâmica do self social e do grupo social.* (1992: 25)

Goffman criou um modelo de dramatização, cujo quadro de referência é aplicável a qualquer estabelecimento social concreto (lugar limitado por barreiras estabelecidas à percepção, no qual se realiza regularmente uma forma particular de atividade), através do qual descreve e interpreta a ação social dos indivíduos na sociedade.

Essa perspectiva metodológica considera, conforme ele mesmo diz:

> *a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que*

> *pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas.* (GOFFMAN, 1992 : 9)

Para caracterizar melhor a forma como os indivíduos interagem, ele faz uso de conceitos como interação social, desempenho, papel social e outros. Ao utilizar-se da metáfora ação teatral, emprega alguns termos como palco, ator, máscara, personagens, platéia e representação. A representação é a própria natureza da ação teatral. Sobre suas características gerais, Goffman diz o seguinte:

> *A atividade orientada para tarefas de trabalho tende a converter-se em atividade orientada para comunicação; a fachada atrás da qual a prática é apresentada servirá para outras práticas um pouco diferentes e, assim, talvez não seja perfeitamente ajustada a qualquer delas em particular; o autocontrole exerce-se de modo a manter um consenso atuante; uma impressão idealizada é oferecida acentuando-se certos fatos e ocultando-se outros; o ator mantém a coerência expressiva tomando mais cuidado em prevenir-se contra os mínimos desacordos do que o público poderia imaginar, levando em conta o propósito manifesto da interação. Todas essas características gerais das representações podem ser consideradas como coações da interação, que agem sobre o indivíduo e transformam suas atividades em representações.* (1992 : 65 - 66)

Isto posto, iniciarei as citações das definições de Goffman, mais pertinentes a este trabalho, pela definição de interação:

> *é a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros.* (Idem: 23)

A interação ocorre, portanto, em situações concretas, diante de um público em que os personagens procuram dirigir e dominar as impressões que eles esperam expressar. A impressão e a expressão são assim tratadas por Goffman:

> *[a impressão] como uma fonte de informação a respeito de fatos não aparentes e como meio pelo qual as pessoas que a recebem podem orientar sua resposta ao informante, sem ter de esperar que todas as conseqüências das ações deste último se façam sentir. A expressão, por conseguinte, [é] tratada em termos do papel comunicativo que desempenha durante a*

> *interação social e não, por exemplo, em termos da função de realização ou de alívio de tensões que poderia ter para quem a manifesta.* (Idem: 228)

A impressão e a expressão, neste sentido, são formas de comunicação, através das quais um indivíduo (ator) ou grupo procura criar no outro uma imagem a seu respeito, com a qual ele deseja convencer o público de que ela é verdadeira. Causar uma impressão, portanto, é uma ação intencional e exige um bom desempenho do ator ao expressá-la.

Goffman, ao definir o termo desempenho, demonstra a nítida ligação entre os termos, como pode-se ver:

> *Um 'desempenho' pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos participantes. Tomando um participante particular e seu desempenho como um ponto de referência básico, podemos chamar aqueles que contribuem com os outros desempenhos de platéia ou co-participantes.* (Idem:23-24)

Outra definição importante, que é pertinente citar aqui, é o de papel social:

> *Definindo papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator, numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas.* (Idem: 24)

Outras definições empregadas por Goffman serão apresentadas, quando necessárias, na análise do drama.

Vale salientar, entretanto, que utilizarei Goffman na perspectiva de que a representação de um indivíduo não é uma ação isolada e que causar impressões não visa somente à satisfação do seu ego. Há um jogo político que permeia as relações, e o desempenho dos papéis está dialeticamente articulado não só com a situação social, mas com um contexto mais amplo das relações sociais.

Ao escolher esse método, avaliei o seu poder explicativo dos aspectos da realidade que quero desvelar. Afinal, como diz Thomas Gregor:

> *A abordagem é um recurso para apreciar aqueles aspectos - sutis e freqüentemente negligenciados - da interação que definem a situação social e confirmam a identidade dos que nela estão engajados ...*
> *Na prática, a abordagem dramatúrgica leva nossa atenção para novas direções, focalizando-a nos aspectos expressivos das relações sociais, bem como no seu significado econômico e político. Leva-nos a descrever sutilezas de conduta e de indumentária, normalmente negligenciadas em relatos antropológicos costumeiros. Exige que prestemos uma atenção especial ao projeto da comunidade, não apenas como uma concessão à etnografia geral, mas também como um cenário das relações sociais.*
> *Exige que sejamos sensíveis às formas e aos limites das redes de comunicação, examinando não só o conteúdo das mensagens, mas também as regras de privacidade e discrição que controlam seu movimento.* (os grifos são meus) (GREGOR, 1982: 11-12)

Para desenvolver a abordagem dramatúrgica, baseei-me, fundamentalmente, na obra Representação do Eu na Vida Cotidiana, de Erving Goffman (1992), e no livro de Thomas Gregor - Mehináku: o drama da vida diária em uma aldeia do Alto Xingu (1982).

Não posso dizer, entretanto, que segui exclusivamente esse referencial teórico-metodológico porque, em que pese ter seguido o modelo de dramatização, cuja descrição e interpretação da ação social dos indivíduos na sociedade tem grande peso, não me reduzi ao estudo do microprocesso de ação individual e grupal. Procurei interagi-lo com as macroestruturas e não subestimar as estruturas societárias, tanto da sociedade **Bóe**-Bororo quanto da sociedade abrangente.

Por isso, foi imprescindível trabalhar com noções tais como cultura, interpretação, descrição, análise, identidade e situação histórica, as quais procurei definir de modo que os leitores pudessem situar-se quanto à linha teórica que desenvolvo, sem contudo fazer uma discussão exaustiva sobre elas.

Essa abertura do campo teórico significa que combinei a dramaturgia social com o interpretativismo de Geertz (1989) e a noção de situação histórica de Oliveira Filho (1988).

Ao utilizar o interpretativismo, filio-me às idéias de Geertz de que o sujeito não é passivo, nem o objeto contém uma verdade em si, que investigador e investigado são sujeitos e objetos e entre eles há uma articulação dialética. O importante é que o objeto é sempre aberto e o cientista busca significados e reflete sobre eles. Todo objeto, como toda análise, é intencional.

Quanto à noção de situação histórica, optei por ela no lugar de trabalhar com a noção de situação social, pois a primeira permite abordar a questão do contato interétnico como uma situação, isto é, um conjunto de relações entre atores sociais vinculados a diferentes grupos étnicos e da sociedade abrangente. A unidade desta situação deve ser buscada no processo concreto de interação social e nas percepções que dele têm os diferentes grupos (étnicos ou da sociedade abrangente) envolvidos, cujas relações políticas se travam em campos de relações relativamente autônomos e interdependentes.

Sobre o interpretativismo de Clifford Geertz[6], entendo ser pertinente demonstrar os conceitos que nortearão este trabalho, tais como as noções de cultura, interpretação, descrição e análise.

O conceito de cultura para Geertz é essencialmente semiótico. Diz o autor:

> *Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.* (1989: 15)

Nesse sentido, não me propus a fazer análises que me levassem a formulações teóricas e filosóficas abrangentes e generalizantes. Considerem-se os seguintes fatos:

1) Este estudo se dá numa relação de alteridade, em que procuro interpretar "o outro" e, portanto, não há possibilidade de mergulhar em profundidade no seu universo simbólico. Sobre isso, diz Geertz: *Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na*

---

[6] Vide: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 1989: 323 p.

verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um 'nativo' faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura). (Idem: 25)

2) O meu olhar sobre a situação social vivida está expresso na descrição densa, nas interpretações e nas análises que eu faço. É preciso considerar, pois, conforme Geertz, que:

> *Como no estudo da cultura a análise penetra no próprio corpo do objeto - isto é, começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las.* (Idem)

Sobre a descrição, esse autor diz que o ponto inicial para a compreensão da construção de um processo sistematizado a partir de experiências vividas é uma descrição densa que vai ser interpretada. Para ele há três características da descrição etnográfica:

> *Ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o 'dito' num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.* (GEERTZ, 1989: 31)

Quanto à noção de identidade, trabalhei na perspectiva analítica de Barth[7] em que a identidade étnica de um grupo indígena é, exclusivamente, função da auto-identificação e da identificação pelos outros.

Na medida em que, para esse autor, as fronteiras sociais são medidas a partir dos traços culturais identificáveis e auto-identificáveis, a identidade é vista como um fator político fundamental. Ela está na maneira de um grupo social ou indivíduo ver o mundo, no seu modo de ser e estar nele, e não no fato de usar penas, por exemplo.

Na concepção de Barth, a identidade nasce no campo do contraste, na relação com o outro. Como observa Oliveira Filho, o contato interétnico *é um fato constitutivo que preside a própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo étnico*[8]. (1988: 58)

---

[7] BARTH, Fredirk. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organizacion social de las diferencias culturales (Introducción).* México, Fondo de Cultura Económica, 1976.

[8] Vide OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nosso governo - Os Ticuna e o regime tutelar.* São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1988.

Além da noção de situação social, *normalmente definida como um conjunto de ações relacionadas a um evento específico no tempo e no espaço, ou numa acepção bastante distinta, remetendo à elaboração de um modelo analítico que privilegia os padrões de interdependência* (OLIVEIRA FILHO, 1988: 56), utilizada em análises de ações relacionadas a eventos específicos da interação ao nível de uma proximidade mais imediata, utilizei a proposição de João Pacheco de Oliveira Filho relativa à noção de situação histórica que é mais abrangente.

Assim a considero porque apreende a articulação entre os indivíduos, entre estes e os grupos, entre os agentes institucionais e as agências, entre as instituições de contato e indígenas, suas estratégias e intenções pessoais, faccionais e institucionais. Procura definir, também, a situação dos campos sociais onde se travam as relações, as articulações entre eles, os níveis de suas interdependências e de suas autonomias. Rompe com a concepção de que as sociedades indígenas são elementos passivos na relação dominação/subordinação, substituindo-a por uma concepção em que os diversos atores - índios e não índios - são sujeitos históricos que se articulam nos campos de relações, têm estratégias, interesses e projetos pessoais, coletivos e institucionais, fazem alianças e competem para posicionar-se em vantagem na correlação de forças e no jogo de poder. Finalmente, como diz o próprio autor, *pode servir tanto para situações em que a política é uma esfera especializada em eventos e atividades, quanto para outras situações em que a política está embutida juntamente com outros domínios da vida social.* (OLIVEIRA FILHO, 1988 : 58)

Como pode-se ver, a análise situacional implica o emprego das noções de campo e situação social.

Para Oliveira Filho, o campo social é composto por um conjunto de atores e forças sociais, relativamente autônomo e com diferentes padrões de interdependência. Tais forças (agências e agentes individuais ou institucionais) têm capacidade de produzir uma ordem política, de organizar valores, de redefinir políticas e práticas institucionais etc.

A noção de situação social é definida *como um conjunto de ações relacionadas a um evento específico no tempo e no espaço*, ou numa *acepção*

bastante distinta, remetendo à elaboração de um modelo analítico que privilegia os padrões de interdependência. (OLIVEIRA FILHO, 1988 : 56)

Entendo, como Oliveira Filho, que:

> *Do ponto de vista da análise situacional, campo e situação social são conceitos solidários, que tendem a se identificar no processo de pesquisa. Toda análise situacional acaba por delimitar (ainda que implicitamente) um campo, todo campo supõe uma multiplicidade de contextos que poderiam ser decompostos em situações sociais. A opção do pesquisador por um ou outro conceito decorre não de diferenças teóricas, mas de privilegiar determinada estratégia de apresentação de dados ou certa modalidade de construção de etnografia.* (1988: 56)

O conjunto de atores e forças sociais que constituem o campo social se interagem no processo das relações de contato. Como agentes históricos, eles têm interesses e estabelecem entre si relações de poder que competem e confluem, tendo como foco o grupo social que, por sua vez, se articula, realinha-se politicamente, de acordo com a ação e os movimentos dos diversos agentes e atores sociais. Movimento é definido aqui no sentido de entrada, saída ou redefinição da política dos agentes, de acordo com seus interesses e intenções, suas necessidades e possibilidades, tendo em vista a correlação de forças e a conjuntura que se apresentam para eles.

Essa abordagem processualista, que busca apreender a capacidade ordenadora da sociedade indígena (dos agentes - instituições e indivíduos), levou-me a optar pela noção de situação histórica, que Oliveira Filho define assim:

> *A noção de situação histórica pode ser definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contato de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseado em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos.*
>
> *A instauração regular dessa dominação pressupõe - além da ameaça ou possibilidade de uso de fatores coercitivos - o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com cada um dos diversos atores, além de certa dose de legitimidade, proveniente de uma conexão positiva estabelecida pelo grupo*

> *étnico subordinado entre esta dominação e seus próprios valores últimos. É por meio dessas interdependências, compromissos e legitimidade (obtida esta, no caso, em virtude justamente das diferentes interpretações sobre o poder político e sobre o próprio universo), que o grupo dominante passa a articular e representar interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passando a exercer o poder de um modo hegemônico, em nome de interesses e valores mais gerais que os seus próprios.* (1988: 59)

No limiar do Século XXI a realidade exige que os índios sejam reconhecidos quando falam, porque só eles são legitimamente capazes de falar por si mesmos. Essa postura política das pessoas e instituições da sociedade abrangente é fundamental para que se viabilizem políticas de acordo com as vontades e necessidades dos povos indígenas.

Com base neste pressuposto, coloquei-me como um aliado dos **Bóe**-Bororo e decidi realizar um trabalho em que os argumentos utilizados fossem, prioritariamente, dos próprios índios.

Procurei ser fiel ao enredo por eles estabelecido durante o Seminário e aos fatos que o antecederam e o precederam. E tentei mostrar o jogo de poder e as articulações das facções a partir dos seus depoimentos e, quando possível, com as suas próprias palavras.

Quanto à abordagem metodológica, mudei a perspectiva da análise, se comparada a outros trabalhos sobre esse povo. Ao invés de focalizar a estrutura social, conforme disse anteriormente, enfoquei as relações sociais, os papéis sociais e as pessoas nesses papéis. Assim, as pessoas ganharam uma dimensão importante. Nada mais justo, uma vez que elas dão concretude e encarnam a subjetividade dos sentidos das mudanças sociais que ocorrem internamente, dos focos de tensão, dos jogos de poder e das transformações que estão se operando na comunidade e na sociedade de contato.

Não quero dizer com isso que desprezo as estruturas. Prova disso é que jogo a âncora de análise na estrutura de parentesco do Grupo e procuro explicações tanto no mundo material quanto no mítico.

A vida dos **Bóe**-Bororo já foi abundantemente estudada por antropólogos e etnólogos, e seria incoerente retomar esses estudos. Por isso imprimi uma dinâmica a este trabalho que consiste em buscar nas obras publicadas os fundamentos das análises, alinhavando as cenas e as encenações, os tempos e os espaços, os cenários e os figurinos, as falas do texto e a direção dos holofotes, a sonoplastia e a contra-regra, os autores, os diretores, os papéis e as máscaras sociais, enfim, o drama.

Tal dinâmica tem na observação a sua complementaridade porque o importante não é só a explicação do jogo, mas o próprio jogo cênico, a experiência como ela é vivida. A observação e a análise de um drama não consistem apenas na temporalidade presencial. O drama tem um passado e um futuro implícitos.

Essa temporalidade não pode ser subestimada porque o drama não ocorreu por acaso, foi construído e não se encerrou no Seminário. O papel dos atores não morre com o fim do espetáculo, continua vivo no drama da vida diária.

Assim, o Seminário, como via de acesso à análise global, está envolvido numa temporalidade que não é estática, fotográfica, nem é uma simples relação de causa e conseqüência. É um todo e, ao mesmo tempo, uma parte do todo.

Há, portanto, uma longa história implícita e vivida de experiências anteriores que levaram os índios a reivindicar o gerenciamento de suas próprias vidas, sem tutela, ou seja, traçar novas estratégias de sobrevivência.

É preciso esclarecer o leitor sobre outros conceitos utilizados neste livro.

Para abordar o jogo político entre os **Bóe**-Bororo de Tadarimana e na relação de contato, foi necessário aplicarem-se alguns conceitos da sociologia política à situação histórica vivida por eles.

É preciso, pois, começar pelas definições de estratégia e tática. Assim, utilizei as de Norberto Bobbio y Nicola Mattrucci:

> *La estrategia es la programación a largo plazo de la utilización de instrumentos políticos y militares en la conducción de los conflictos internacionales, en tanto que la táctica es la aplicación directa y mudable, de acuerdo con las circunstancias, de los instrumentos identificados (...) En una perspectiva más amplia se puede decir que la táctica representa una técnica de adaptación a las situaciones contingentes que se presentan cada vez, en tanto que la estrategia puede concebirse como un plan de más largo alcance basado en un conjunto de principios de carácter general y de situaciones directamente operativas íntimamente relacionadas entre sí. En este sentido, la táctica está y no puede dejar de estar subordinada a la estrategia, del mismo modo la estrategia está y debe estar subordinada a la política (...). Una tarea de la conducta estratégica consiste en efecto en la cuidadosa selección de los medios (táctica), que implican siempre el uso o la amenaza de la fuerza física, a fin de perseguir los objetivos indicados cada vez por la política.* (1985: 640)

Antes de abordar diretamente a questão da estratégia e das táticas, lembro que os **Bóe**-Bororo vivem um tipo de sistema interétnico, que Roberto Cardoso de Oliveira (1976:54) classifica como "assimétrico", que envolve relações dos **Bóe**-Bororo entre si (da mesma Aldeia, da mesma Área e de Áreas diferentes); relações dos **Bóe**-Bororo com outras etnias (mais freqüentemente com Kurâ-Bakairí e Xavánte) e com a sociedade abrangente.

A sociedade **Bóe**-Bororo, considerando o modelo ideal de seu complexo sistema social, conforme mostra Viertler[9]; é uma sociedade hierarquizada, e todos os seus membros *são associados a dois ou mais títulos por intermédio da cerimônia de nominação.* (1978: 63)

Entretanto, em virtude das mudanças culturais que se operaram com as relações de contato, a hierarquia relacionada à organização social **Bóe**-Bororo não é a única que determina o prestígio e o poder dos membros desta sociedade. No campo das relações interétnicas, o conhecimento sobre o sistema social dos brancos, o desempenho no relacionamento com agentes e agências da sociedade abrangente e a ocorrência de recebimento de recursos materiais e financeiros são fatores que podem contribuir para que uma pessoa ou facção política

---

[9] VIERTLER, R.B. *O estudo de parentesco e as práticas de nominação entre os índios Bororo.* Revista de Antropologia, Separata do Volume XXI, São Paulo, 1978.

tenha prestígio e poder dentro de uma aldeia ou Área Indígena. Desta forma, os **Bóe**-Bororo de Tadarimana fazem uma divisão de poderes e de funções bem distinta nesses dois campos de relações: 1) o campo das relações sociais étnicas **Bóe**-Bororo, neste trabalho denominado sistema social **Bóe**-Bororo; 2) o campo das relações interétnicas, aqui denominado sistema social dos brancos.

Tal divisão, entretanto, não implica uma clivagem entre os dois campos de relações; há uma articulação entre eles. E o status – relacionado à questão política – não se configura a partir da especialização de certos indivíduos neste ou naquele sistema social. Há indícios, porém, de que as pessoas que conseguem um desempenho mais favorável à Comunidade, nos dois campos de relações, ao mesmo tempo, têm maior projeção no Grupo.

Apesar das divisões de funções e de poderes baseadas na classificação que os **Bóe**-Bororo fazem de coisas de branco e coisas da cultural[10], o reordenamento da sua estratégia implica um processo, cuja programação é abrangente e abarca os dois sistemas numa articulação dialética.

Essa complexa teia de relações faz com que a sociedade **Bóe**-Bororo de Tadarimana, ao interagir com a sociedade abrangente, constitua no seu sistema de relações sociais funções e poderes que dão a alguns de seus membros poder e prestígio. Tais funções e poderes, embora classificados fora da matriz do sistema étnico, fazem parte da realidade atual desse povo.

Numa sociedade hierarquizada, com uma complexa rede de relações, que envolve um sistema particular em contato com outro, as contradições e as divergências políticas são inevitáveis fontes geradoras de tensões. Essas favorecem articulações entre as pessoas e o surgimento de facções.

O conceito de facção aqui empregado consta no Dicionário de Ciências Sociais/Fundação Getúlio Vargas, ou seja:

---

[10] *Da cultural* - expressão utilizada pelos **Bóe**-Bororo de Tadarimana para designar elementos da cultura tradicional. *Coisas de branco* refere-se a elementos relacionados ao mundo social dos brancos e *coisas da cultural* são elementos relacionados ao mundo social **Bóe**-Bororo.

> (...) *objetivamente, pode indicar uma certa condição ou estado de coisas, sem implicar julgamento de valor. Essa condição ocorre especificamente quando um subgrupo, constituído de membros de um grupo maior, deste se separa. São elementos constitutivos de uma facção: a) um número certo de membros (os líderes, pelo menos, devem ser identificáveis; mesmo que os limites da associação sejam imprecisos); b) uma organização suficiente para fornecer ao subgrupo um mínimo de estrutura e coesão; c) um interesse comum que inicialmente os reúne; d) objetivos afins que os mantenham unidos por algum tempo; e) a consciência, tanto por parte dos membros como dos demais, de que a identidade que possuem decorre dessas relações; f) um ou mais oponentes (por exemplo, uma facção rival), encarados como competidores (...).* (1986: 456-57)

Dentre as facções existentes em Tadarimana, há um Grupo Político Hegemônico (GPH). Ele subordina a política ao sistema social **Bóe**-Bororo, que se baseia num conjunto de princípios que tem como fulcro das relações sociais as relações de parentesco. É o Grupo Político Hegemônico que coordena o processo de reordenamento da estratégia política da Comunidade de Tadarimana. Ele é hegemônico, mas não absoluto. Tem que conviver e articular-se politicamente com pelo menos duas facções: a de grupos familiares e de jovens-adultos.

Neste contexto, a estratégia é reordenada através de um processo que vai se desenhando, enquanto as táticas são aplicadas de acordo com as circunstâncias e com as possibilidades que se apresentam.

Uma estratégia em construção só é possível porque há um conjunto de seus princípios aceitos por todos, que norteia as táticas do grupo (Comunidade Indígena de Tadarimana) e dilui o impacto das divergências, mantendo sua solidariedade.

O fato é que os **Bóe**-Bororo de Tadarimana sentem os efeitos das profundas transformações socioeconômicas e políticas que se fizeram sentir a partir da segunda metade da década de 80 e articulam-se para enfrentá-las.

Mas a conjuntura que eles enfrentam, na relação de contato, é muito complexa:

1) Em nível mundial, a afirmação das etnias e a preocupação dos povos com a diversidades socioambientais colocaram os índios em evidência.

2) Ao mesmo tempo, crescem em todo o país as organizações indígenas e a idéia de autonomia e autodeterminação. Embora essa idéia não tenha atingido uniformemente todos os povos, ela norteou as organizações indígenas e indigenistas no sentido de garantir direitos constitucionais na Carta Magna de 1988.

3) A Constituição de 1988 estabeleceu um novo quadro jurídico que passou a regular novas relações do Estado com as sociedades indígenas. Estabeleceu-se, na Constituição, o direito à diferença (a alteridade cultural). Constitucionalmente foi reconhecido o direito à organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e manifestações culturais indígenas e à demarcação definitiva de suas terras.

4) Na década de 90 do Século XX, intensificou-se a regulamentação de leis em relação aos novos direitos e às novas relações das sociedades indígenas com o Estado. A partir de 1992 a educação e a saúde deixaram de ser responsabilidade da FUNAI e passaram para os municípios. Isso levou os **Bóe**-Bororo, por exemplo, a estabelecerem uma relação direta com os políticos e os órgãos públicos locais e regionais e não mais, exclusivamente, com os funcionários do órgão tutor ou das Missões.

5) Em nível nacional, o programa político do Governo de minimização do Estado desarticulou o componente de assistência aos índios. A diminuição da quantidade e da qualidade dos serviços sociais prestados pela FUNAI fez com que os **Bóe**-Bororo, de todas as Áreas Indígenas, buscassem novos parceiros na sociedade civil organizada e reivindicassem para si os cargos públicos do órgão indigenista, suprindo, ao menos parcialmente, o interlocutor branco. Em todas as Áreas **Bóe**-Bororo os índios assumiram publicamente a determinação de suas políticas e começaram a agir diretamente em favor de suas reivindicações.

6) Os órgãos indigenistas, em função de toda a conjuntura, modificaram suas estruturas administrativas e organizacionais e

passaram a estabelecer novas formas de ação, mais como assessores e aliados do que como interlocutores diretos dos índios.

7) No campo das relações interétnicas local, houve duas alterações que considero significativas: a) a entrada em cena de novos agentes aliados dos índios (Diocese de Rondonópolis, ONG's e outras entidades classistas, Universidade), rompendo o exclusivismo que a FUNAI tinha sobre os Bororo; b) a entrada em cena das instituições e dos políticos locais, numa relação direta com os índios, muitas vezes sem a mediação do órgão tutor. Uma combinação de fatores (tais como a obrigação legal do poder público municipal em dar assistência de saúde e educação, a abertura para que outras organizações da sociedade civil pudessem atuar no apoio às comunidades indígenas, o fato de terem se tornado eleitores, a universalização da idéia de respeito às diferenças e à diversidade socioambiental, a desestruturação da FUNAI, entre outros) contribuiu para que os **Bóe**-Bororo recebessem maior atenção dos brancos e ampliassem o seu campo de relações com a sociedade envolvente. Um fato ilustrativo, dentre os fatores citados, foram as campanhas eleitorais da década de 90. Elas dão conta dessa mudança de relações: vários políticos visitaram a Aldeia Central de Tadarimana fazendo as tradicionais "promessas de campanha", e os índios aproveitaram para fazer suas reivindicações. A cada eleição é possível ver caminhões saindo de Tadarimana, carregados de índios para votar em Rondonópolis. Em **Merúri**, no município de General Carneiro, nas eleições de 1996, os **Bóe**-Bororo elegeram o primeiro vereador da história desse povo. Essa nova realidade implica, entretanto, uma nova experiência que exige um aprendizado, em uma vez que as articulações políticas, antes mediadas pela FUNAI, passam a ser feitas diretamente pelos índios.

Apesar de terem conquistado direitos na estrutura social da sociedade abrangente e da possibilidade de formularem políticas próprias, há um descompasso entre o que está instituído e a ação dos agentes do sistema. Viabilizar os direitos e as políticas estabelecidas não é algo automático, exige um processo de luta.

Tal conjuntura externa exige dos **Bóe**-Bororo um novo ordenamento nas relações de contato; e não só ao nível das relações interétnicas.

Em nível interno, alguns fatos, discursos, reivindicações e dificuldades que são manifestadas, dão indícios da necessidade do reordenamento político:

a) As tentativas de produção agrícola e pecuária nos moldes capitalistas, em Tadarimana, fracassaram. Especialmente o denominado Projeto de Desenvolvimento Comunitário, implantado pela FUNAI, em 1978, contribuiu para a instabilidade desse grupo indígena e o acirramento das tensões entre seus membros, conforme diz Paulo Serpa. (1988: 65)

b) Com a falência do Projeto mencionado, a escassez de recursos enviados pela FUNAI para alimentação, plantio, vestuário e saúde, acrescido pela diminuição dos recursos naturais da Área Indígena (caça, pesca e coleta), aumentou a crise com relação à sobrevivência.

c) A morte de pessoas idosas e aposentadas e a impossibilidade de aposentar novas pessoas vêm diminuindo a entrada de recursos financeiros nas casas, para garantir a compra de produtos como sal, açúcar, óleo, gás, roupas e outros produtos necessários à sobrevivência das famílias.

d) O aumento da violência entre os índios, sobretudo atingindo as mulheres, tendo como agente principal o alcoolismo, tornou-se um importante foco de tensões.

e) O abandono a que a saúde e a educação escolar foram submetidas pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis, até o final de 1996, e a indefinição da FUNAI quanto à prestação de assistência aos índios da região exigiram uma rearticulação política, na Comunidade, para novos e diferenciados enfrentamentos.

f) A partir de 1992, os **Bóe**-Bororo sentem a necessidade e a possibilidade de novas alianças com a sociedade abrangente, fora do âmbito do órgão tutor.

Esses e outros fatores serão evidenciados no drama, mas é importante salientar que em toda a discussão da qual participei, presenciei uma preocupação dos líderes em relação à cultura. Nela está o princípio de caráter geral, a política que norteia todas as ações da Comunidade na sua estratégia de sobrevivência.

No livro, esta é uma página em branco.

A foto abaixo somente consta nesta versão eletrônica.

Trata-se de uma homenagem do Autor, cujo nome **Bóe**-Bororo **é Juredugo Kudoro Kaworo** ao seu **Iedaga** (padrinho) Raimundo **Itogoga** (em primeiro plano), grande Chefe da Cultura.

Foto feita em 20abr2018

ENCERRA-SE AQUI A PARTE 1 DO DRAMA BÓE-BORORO

As páginas seguintes referem-se a informações complementares, referências biliograficas e documentais e detalhamentos de citações feitas no corpo do livro e que merecem esclarecimentos.

Seu conteúdo é importante, indispensável e se referem à finalização formal da obra. Seu conteúdo é o seguinte:

- **Glossário** – significados de palavras na língua Bóe-Bororo citadas no livro.
- Bibliografia – fontes de importantes estudos, informações, dados e conhecimentos sobre os Bóe-Bororo.
- Anexo I – Portaria 299 de 17/05/96 – Declaração de posse permanente dos índios da Terra Indigena Tereza Cristina.
- Anexo II – Memorial descritivo de demarcação da Área Indígena Tadarimana.
- Anexo III – Chacina do Merúri – trágico acontecimento ocorrido no dia 15 de julho de 1976, em que fazendeiros da região leste de Mato Grosso assassinaram o Padre Rodolfo Lumkeinbein e o índio Simão Kogue e feriram outros Bóe-Bororo na intenção de se apropriarem das terras indigenas do Merúri.
- Anexo IV – Resumo do Projeto Tucum – Breve caracterização do programa de formação de professores indigenas do Mato Grosso, realizado pelo Governo do Estado do Mato Grosso, com recursos do PRODEAGRO/PNUD.
- Anexo V – Decreto nº 26/9, de 04 de fevereiro de 1991 – Decreto presidencial que atribuiu a coordenação das ações referentes à Educação Indígena ao Ministério da Educação.
- Anexo VI – Ferronorte – empreendimento privado de construção de uma linha ferroviária com o objetivo de ligar as regiões norte e centro-oeste do Brasil ao sul e sudeste e aos portos de exportação. Em Mato Grosso, o projeto prevê impactar as Comunidades Indigenas.
- Anexo VII – Hidrografia Paraguai – Paraná – o Projeto visa ligar, por via fluvial navegável, cinco países sul americanos. As Terras Indígenas estão localizadas na bacia do rio Paraguai.
- Anexo VIII – Portaria Interministerial nº 559, de 16 de abril de 1991, regulamentou a Educação Escolar Indígena no Brasil.
- Anexo IX – Origem dos cães – trata-se de um mito de origem dos Bóe-Bororo.
- Trabalhos científicos publicados pelo Autor.

Conforme dissemos anteriormente, esta publicação eletrônica é composta de 6 partes. Convidamos você a ler todas elas. Boa leitura.

GLOSSÁRIO

Aíje-réa - **Aíje**, ator das representações **Aíje-dóge Aróe,** os espíritos terríficos; **réa,** caminho, caminho dos atores destas representações. Caminho situado a oeste da aldeia, pelo qual os atores das representações citadas devem passar quando entram na praça da aldeia. É denominado, também, **aróe e-réa,** caminho dos espíritos. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 26-27)

Apiborege - Membros de um clã da metade dos **Tugarege**, cujo principal símbolo é a palmeira acuri. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 77) De 1995 a 1997, não havia nenhum membro desse clã em Tadarimana.

Arareau - Afluente do Rio Vermelho, passa próximo ao centro comercial da cidade de Rondonópolis. A palavra é uma derivação de **araruréu,** que quer dizer peixe semelhante à piraputanga. Ver **araruréu** em Albissetti & Venturelli, 1962: 87.

Arigáo Bororo - Antiga Aldeia, extinta, perto da foz do Rio Tadarimana. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 97)

Aróroe - Membros de um clã da metade **Tugarege,** cujo principal símbolo é a larva lepidóptero. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 175)

Baádo Jéba - Membros de dois clãs, de "chefes construtores de aldeias", da metade **Eceráe: Baádo Jéba Cebegiwúge** e **Baádo Jéba Cobugiwúge.** (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 191)

Baito - É uma derivação do radical **Bái** que, segundo a E.B.I, tem várias significações, entre elas choupana, casa, rancho. Usualmente, tem o sentido de **Bái mána gejéwu** - choupana central do **bóe é-wa,** aldeia Bororo. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 204; 428 - 436; 447)

Bakóro - Como se autodenominam os membros de um subclã **Baádo Jéba Cebegiwúge,** em Tadarimana. Sobre Bokóro ou Bokoróre, ver Albisetti & Venturelli, 1962: 207.

Bápo-rógu e **Bápo-kururéu-épa** - Os dois termos aparecem na E.B.I com várias combinações, todas se referindo a *tipo de instrumento musical,* tipo *chocalhos,* feitos de *sementes duras introduzidas nos maracás,* cujo som é utilizado para acompanhar danças e marcar-lhes ritmos. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 46, 216, 566) O seu uso é cerimonial.

Baráe/bráe/baraédu - Civilizados, homens brancos, indistintamente. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 216 - 222)

Bári - Xamã dos espíritos. São geralmente do sexo masculino, seu ofício não é hereditário, nem tampouco restrito aos membros de algum clã. Segundo o pensamento Bororo, é diretamente escolhido por um **bópe,** espírito. Os primeiros sintomas dessa escolha são sonhos ou visões de coisas extraordinárias, forma do sono. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 239 a 252)

Bóe - É esta a forma usada pelos Bororo para se individualizarem. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 281) É, portanto, sua autodenominação clássica. Às vezes, designam-se também com o nome das partes em que está subdividida a tribo, mas raramente. Os membros das outras tribos são considerados e chamados **Barége ou Marége,** ou **Kaiámo-dóge,** se são tribos inimigas. Os civilizados são **baráe,** e os de raça negra são **tabáe.** (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 281)

Bóe e-imejéra - Chefe de uma aldeia bororo. Os chefes da tribo bororo não exercem seu cargo como legisladores ou executores. Mais do que chefes, poderíamos considerá-los autorizados orientadores e conselheiros da tribo. A força de suas ordens e conselhos não lhes advém tanto do cargo que ocupam quanto da retidão moral e da valentia de que são ornados. Assim, os chefes são obedecidos mais em virtude da estima que gozam do que pelo poder que têm. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 306 - 307)

Bóe Eno Associação Tadarimana **Tadáwu** - **Eno-** (d)eles; **táda-** dentro; **wu-** aquele; aquele que está dentro. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 378; 918) A tradução poderia ser entendida como a associação dos índios **Bóe**-Bororo que estão dentro da Área Indígena de Tadarimana.

Bokodóri Eceráe - Membros de um clã da metade dos **Eceráe**, cujo principal totem é o tatu-canastra. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 505)

Bope - Espírito, espírito mau; ruindade, maldade. Há várias denominações de **bópes.** (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 511)

Bororo - quer dizer pátio da aldeia, pátio das danças, pátio interditado às mulheres e crianças; praça; aldeia; ato de executar alguma representação. (Idem: 516) A partir do contato com a sociedade abrangente, o termo Bororo passou a ser um etnônimo, ou seja, a designação dada aos **Bóe** pelos colonizadores.

Eceráe - Designação dos membros da metade exógama setentrional da Aldeia Bororo. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 554)

Iwagúdu-doge - Membros de um clã da metade **Tugarege**, cujo principal totem é a gralha-azul. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 673)

Jarudore - **Jarúdo**, bagre; **ri**, morro (morro do bagre). Grande rocha na margem esquerda do Rio Vermelho, perto de Rondonópolis. **Jarudore** é uma localidade muito apreciada pelos Bororo pela abundância de pesca e caça e pela proximidade de extensas matas. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 686) Área Indígena demarcada, porém totalmente invadida, próxima da cidade de Poxoréu.

Jurigue - Córrego **Jurigue**, afluente da esquerda do curso inferior do **Pogúbo**, Rio Vermelho, perto da cidade de Rondonópolis. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 688)

Kejari - Importante e populosa aldeia Bóe-Bororo do início do século, na região dos atuais municípios de Poxoréu e Guiratinga. Foi extinta em função da expropriação dos índios, devido à exploração diamantífera.

Kíe - Membros de um clã da metade **Eceráe**, cujo principal símbolo é a anta. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 719)

Kuógo I Guru - Antiga aldeia **Bóe**-Bororo localizada próxima do Rio **Jurigue**, na Área Indígena de Tadarimana.

Magúru - É uma viagem coletiva para montar novas habitações sempre que se apresente a necessidade. A finalidade principal dessas longas e custosas viagens é a obtenção de abundante caça e pesca por parte dos homens e de copiosa colheita de vegetais e mel, por parte das mulheres. Ela é realizada por ordem de um chefe. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 778)

Máno-réa - Mano - É uma marantácea dos brejos com cujos talos os Bororo preparam pequenos ou grandes cilindros para um jogo e para uma representação; **réa** - caminho. Caminho dessa representação. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 781) Este caminho fica no lado sul da Aldeia Central de Tadarimana.

Merúri - **Méru, raia; rí**, morro [morro da raia]. Elevação isolada e cônica na margem esquerda do **Kujíbo Pó Rururéu,** ribeirão Barreiro, a cujos pés floresce a missão salesiana homônima. Essa missão é a continuação da iniciada em 1902 na localidade denominada Tachos a mais ou menos 12 km de distância. Aldeia Bororo edificada na missão salesiana de Merúri. É uma aldeia que muito se ressente da influência aculturadora dos missionários e do contato com os civilizados, mesmo com relação à construção e disposição das choupanas que não obedecem mais aos cânones tradicionais. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 797)

Pabojari ou **Paraíso** - Aldeia Indígena localizada no atual município de Poxoréu e que, sendo totalmente invadida em meados da década de 1960, foi extinta.

Páiwoe - Membros de um clã da metade **Tugarege,** cujo principal símbolo é o bugio. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 856)

Paríkos - Tipo de coroa dos bororo. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 860)

Pemega - Bondade, saúde, beleza, agradabilidade, acabamento, ordem. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 866)

Pega - Ruindade, maldade, fealdade, velhice, doença, transformação, estrago. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 864)

Perigara - Designação de um trecho de aproximadamente 60 km do **Pogúbo Ceréu**, Rio São Lourenço, antes de unir-se ao Cuiabá. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 868) Atualmente é uma Área Indígena, a única **Bóe**-Bororo localizada no pantanal mato-grossense.

Piebaga - Aldeia Indígena localizada próxima do Rio S. Lourenço na Área Indígena Tereza Cristina, município de Santo Antônio de Leverger.

Pobore - Correnteza, corrida da água. Aldeia na margem esquerda do **Pogúba**, Rio Vermelho, pouco à montante da atual cidade de Rondonópolis. (ALBISSETTI & VENTURELLI, 1962: 878)

Tadarimana - é uma palavra formada pela composição por aglutinação em que se juntou, segundo a E.B.I. (Enciclopédia Bororo - Volume I), **Tadári** - variedade de tubérculo da floresta assaz apreciada na alimentação; mais **u** (d) ele; mais **mána**, irmão maior. Significa, também, rio afluente da margem esquerda do **Pogúbo** (Rio Vermelho), à montante da atual cidade de Rondonópolis, sul do Estado de Mato Grosso. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 917-918)

Tugarege - Membros da metade exógama que ocupa a parte sul da Aldeia Bororo. (ALBISETTI & VENTURELLI, 1962: 931)

Originalmente esta página está em branco, no Livro.

Porém, o Autor introduziu a foto abaixo, nesta versão eletrônica, para mostrar uma imagem aérea da Aldeia Central Tadarimana e, ao mesmo tempo, homenagear o autor da foto (tirada em 09nov2015): Mestre Mário Bordignon Enawuréu, religioso salesiano de Dom Bosco que tem dedicado sua vida aos Bóe-Bororo.

BIBLIOGRAFIA

ALBISETTI, C. & VENTURELLI, A. J. **Enciclopédia Bororo - Volume I.** Campo Grande -MT, Museu Regional Dom Bosco/C.N.P., 1962.

_____. **Enciclopédia Bororo - Volume II.** Campo Grande - MT. Museu Regional Dom Bosco/C.N.P./G.E.M.T., 1969.

BARROS, Edir Pina. **Frentes de expansão e relações interétnicas.** Cuiabá, Departamento de História/CLCH/UFMT, 1978 (mimeo).

BARTH, Fredirk. **Los grupos étnicos y sus fronteiras: la organización social de las diferencias culturales (Introduccion).** México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BAXTER, M. **Garimpeiros de Poxoréu.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BERGER. P.I. **Perspectivas Sociológicas.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOBBIO, N. & MATTRUCCI, N. **Diccionario de política.** V.I. México: Ed. Siglo Veintiuno, 1985.

BORDIGNON **ENAWURÉU**, Mário. **Os Bororo na história do Centro-Oeste brasileiro 1716 - 1986.** Campo Grande-MS, Missão Saleasiana de MT/ CIMI-MT, 1986.

_____. **Róia e baile - mudança cultural Bororo.** Campo Grande-MS. Monografia de Especialização do curso de História da Universidade Católica Dom Bosco, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

CAMARGO **CIBAEIKARE**, Gonçalo Ochoa. **Missa em Bororo.** General Carneiro -MT, Missão Salesiana de MT/Aldeias Bororo do Meruri e do Rio Garças, 1984.

_____. ***Bakuru Maiwu:*** **novo testamento em língua Bororo.** Campo Grande. Missão Salesiana de Mato Grosso/FUCMT, 1992.

_____. **Pe. Rodolfo Lunkenbein - uma vida pelos índios de Mato Grosso.** Campo Grande-MS, Missão Salesiana de Mato Grosso, 1995.

CAMARGO **CIBAEIKARE**, Gonçalo Ochoa & COQUEIRO TUGORE ETUA, Frederico. **História mítica Bororo,** v. I. Campo Grande-MS, Missão Salesiana de MT, 1990.

CHINOY, Ely. **Sociedade - uma introdução à Sociologia.** 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

COELHO, V.P. (org.). **Karl von den Steinen: um século de Antropologia no Xingu.** São Paulo: Edusp, 1993.

COOK, W. A. **The Bororó Indians of Mato Grosso, Brazil.** Smithsonian Miscellaneous Collections, Washington, 1908.

COSTA, Anna Maria R. **Rito e magia - arte indígena do Centro-Oeste.** Brasília, FUNAI, 1994.

COSTA, Maria C. C. **Sociologia - introdução à ciência da sociedade.** S. Paulo: Moderna, 1987.

CROCKER, J. C. *Reciprocidade e hierarquia entre os Bororo Orientais.* In: SCHADEN, Egon. **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, p. 174-185.

CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CURY, Carmelita. **Do Bororo ao Prodoeste.** Rondonópolis-MT: Gráfica Alvorada, 1973.

DEMARCHI, Irma. **CICAF - 50 anos em MT a serviço da vida e da esperança.** Rondonópolis: Gráfica A Tribuna, 1997.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Instituto de Documentação Benedito Silva,** coordenação geral: Antonio Garcia de Miranda Neto .../et al./ Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1986.

DIRETRIZES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. **Cadernos Educação Básica,** v. 2, 2ª. ed. Brasília: MEC/SEF/DPEF, 1994.

DOSSIÊ ÍNDIOS EM MATO GROSSO. Cuiabá-MT, OPAN/CIMI-MT, 1987.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia.** 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

DUROURE, Pe. João B. **Dom Bosco em Mato Grosso.** *I v. 1894 - 1904.* Campo Grande - MT, Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** S. Paulo: Perspectiva, 1989.

EM ABERTO, Brasília, ano 3, n. 21, abr./jun., 1984.

EM ABERTO, Brasília, ano 14, n. 63, jul./set., 1994.

FERNANDES, Florestan. *Tiago Marques Aipobureu: um Bororo marginal.* **Revista do Arquivo**. São Paulo, v. CVII: 07-29, 1946.

FERREIRA, Mariana K. L. **Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil.** São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, 1992.

GAGLIARDI, J. M. **O indígena e a República.** São Paulo: Hucitec/Edusp/SECSP, 1989.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Sobre el trabajo de la cara - análisis de los elementos rituales de la interacción social.* In: **Ritual de la interacción.** Buenos Aires: Ed. Tiempo Contemporaneo, 1970a, p. 13-47.

_____. *La alienación respecto de la interacción.* In: **Ritual de la Interacción.** Buenos Aires: Ed. Tiempo Contemporâneo, 1970b, p.103 -122.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 7ª. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

GREGOR, Thomas. **Mehináku: o drama da vida diária em uma aldeia do alto Xingu.** São Paulo: Ed. Nacional/INL/Brasiliana, 1982.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HARTMANN, Tekla. **Nomenclatura botânica dos Borôro.** São Paulo: I.E.B./USP, 1967.

ISAAC, Paulo A. M. *Formação de professores índios: elos da construção coletiva.* **Revista Busca e Movimento.** Rondonópolis, Deptº. de Educação/CUR/UFMT, ano III, n. 3, dezembro, 1999, p. 127-144.

LAKATOS, E. M. & MARCONE, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAPLANTINE. F. **Aprender Antropologia.** 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao teatro.** 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil.** 7ª. ed. São Paulo – Brasília: EdUNB - Hucitec, 1993.

MELIÁ, B. *Educação indígena e alfabetização.* **Coleção Missão Aberta.** São Paulo: Loyola, 1979.

NOVAES, Sylvia C. **Mulheres, homens e heróis - dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo.** São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

_____. **Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros.** São Paulo: Edusp, 1993.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O nosso governo - os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo, MCT/CNPq: Ed. Marco Zero, 1988.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista - discurso do confronto: velho e novo mundo.** São Paulo - Campinas, Cortez: Ed. Unicamp, 1990.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 1987 - 1990. **Série Aconteceu Especial 18.** São Paulo, CEDI, p. 501-512, 1991.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 1991 - 1995 / Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo, Instituto Sócio-Ambiental, p. 667-690, 1996.

PROJETO TUCUM - POLO III - **Programa de formação de professores índios para o magistério** - Cuiabá, SEDUC, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas brasileiras - para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1994.

SAHLINS, M. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

SANTOS, M. (org.). **O novo mapa do mundo - fim de século e globalização. 2ª.** ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

SANTOS, Sílvio C. dos. **Educação e sociedades tribais.** Porto Alegre: Ed. Movimento, 1975.

SCHADEN, E. **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Nacional, 1976.

SERPA, Paulo M. N. **Bóe-Épa - o cultivo de roça entre os Bororo de Mato Grosso.** São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia da FFLCH da USP, 1988.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 19ª. ed. S. Paulo: Cortez, 1994.

SZAMOSI, G. **Tempo & espaço - as dimensões gêmeas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. São Paulo, CEDI/PETI, p. 53-58, 1990.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

VIERTLER, Renate Brigitte. *As aldeias Bororo - alguns aspectos de sua organização social.* **Coleção Museu Paulista, Série Etnologia,** v. 2, São Paulo: Ed. do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1976.

_____. *O estudo de parentesco e as práticas de nominação entre os índios Bororo.* **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. XXI: 61-68, 1978.

_____. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas.* **Boletim do Museu Nacional,** Rio de Janeiro, 32: 1-51, maio 1979.

_____. *A formação da sociedade Bororo: mitologia e considerações etno-históricas.* **Revista de Antropologia.** São Paulo, v. XXIX, 29: 1-39, 1986.

_____. *Fragmentos de cosmologia Bororo: xamãs, oráculos e cerimônias de cura.* **Revista do Museu Paulista.** São Paulo: Nova Série, v. XXXII: 207-221, 1987.

_____. *O estudo antropológico de aldeias indígenas no Brasil: estado atual de uma pesquisa entre os Bororo.* **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Dédalo 27.** São Paulo, 27: 47-64, 1989.

_____. **A duras penas - um histórico das relações entre índios Bororo e 'civilizados' no Mato Grosso.** Antropologia, 16. São Paulo, FFLCH/USP, 1990a.

_____. *A vaca louca: tendências do processo de mudança sócio-cultural entre os Bororo-MT.* **Revista de Antropologia.** São Paulo, 33: 19-32, 1990b.

_____. **A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, Mato Grosso.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

_____. *Karl von den Stein e o estudo antropológico dos Bororo.* In: COELHO, Vera P. (org.). **Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu.** São Paulo: EdUSP, 1993, p. 183-221.

_____. *Análise das conseqüências da implantação de um projeto de "desenvolvimento integrado" entre os índios brasileiros: o projeto de Tadarimana e suas conseqüências sociais entre os índios Bororo.* **Cadernos da Comissão Pró-Índio,** n. 2, São Paulo: Brasiliense, 1981a, p. 163-170.

_____. *Tadarimana: projeto de desenvolvimento e escola indígena.* In: *COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO* - **A Questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981b, p. 77-85.

_____. **Breve resumo sobre as condições de vida dos índios Bororo da atualidade,** s.d. (mimeo).

WEKWERTH, M. **Diálogo sobre a encenação - um manual de direção teatral.** 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

WÜST, Irmhild. A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. **Estudos Goianienses**, Goiás, 10 (2): 155-163, abril./jun. 1983.

_____. **Projeto etnoarqueológico e arqueológico da bacia do Rio São Lourenço, Mato Grosso - reprodução das publicações: 1992 a 1994.** Goiânia, UFG / Departamento de Ciências Sociais / Museu Antropológico, 1995.

ANEXO I

PORTARIA 299 DE 17/5/96 – DECLARAÇÃO DE POSSE PERMANENTE DOS ÍNDIOS DA TERRA INDÍGENA TEREZA CRISTINA

O Ministro de Estado da Justiça, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1796, de 24 de janeiro de 1996, combinado com o Decreto nº. 1775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, objetivando a definição de limite da Terra Indígena Tereza Cristina, constante no processo FUNAI/BSB 1435/95;

Considerando que a Terra Indígena localizada no município de Santo Antonio do Leverger, Estado de Mato Grosso, ficou identificada como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Bororo, nos termos do § 1º. do art. 231 da Constituição Federal e do Inciso I do art. 17 da Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973;

Considerando os termos do Parecer nº. 59/DID/DAF, de 21 de junho de 1995, e Despacho do Presidente nº. 065/FUNAI, de 22 de junho de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 27 de junho de 1995; resolve:

Art. 1º. - Declarar de posse permanente dos índios a Terra Indígena TEREZA CRISTINA, com superfície aproximada de 34.149 ha (trinta e quatro mil, cento e quarenta e nove hectares) e perímetro também aproximado de 143 km (cento e quarenta e três quilômetros).

Art. 2º. - Determinar que a FUNAI promova a demarcação administrativa da Terra ora declarada para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do artigo 19, Lei nº. 6001/73 e do art. 5º. do Decreto nº. 1775/96.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação

Assinado: Nelson Azevedo Jobim.

(Resumo da publicação no Diário Oficial da União, nº. 97 – Terça-feira, 21 de maio de 1996 – Seção I, p. 8).

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DE DEMARCAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA TADARIMANA

Resumo do documento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Diretoria de Patrimônio Indígena – DPI:

DENOMINAÇÃO: Área Indígena Tadarimana
GRUPOS INDÍGENAS: Bororós
LOCALIZAÇÃO:
Município: Rondonópolis
Estado: Mato Grosso
Unidade Regional da FUNAI: 5ª. Delegacia Regional

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	16°28'40"S	54°32'29"WGr
LESTE	16°32'58"S	54°25'53"WGr
SUL	16°34'29"S	54°29'04"WGr
OESTE	16°31'40"S	54°34'41"WGr

BASE CARTOGRÁFICA:
Nomenclatura: MI – 2245, 2285 e 2286
Escala 1:100.000
Órgão: DSG
Ano: 1976
DIMENSÕES:
Área: 9.785ha aproximadamente
Perímetro: 51km aproximadamente
Área: Nove mil, setecentos e oitenta e cinco hectares
Observação: Memorial descritivo elaborado conforme documento de nossos arquivos.

Declinação magnética em 30/9/49 – 8°58'W
Brasília-DF, 17/01/86
Assinado: Mário dos Santos Alves
Técnico em Agrimensura

ANEXO III

CHACINA DO MERÚRI

Diz Mário Bordignon **Enawuréu**, a respeito do fato:

> *Encabeçados por Lourenço, Eugênio e Raimundo* (o grifo é meu) *e apoiados pelos missionários, em particular pelo P. Rodolfo [Lunkenbeim], diretor da missão, exigiam insistentemente que a FUNAI demarcasse novamente uma reserva para os Bororo que estavam em perigo de ficar sem nada. Vencida longa burocracia, em 1976 iniciou-se a demarcação. Os moradores da área, após tentar enganar os índios com falsas promessas e até levando embora parte deles, resolveram embargar a demarcação e não aceitar nenhuma proposta de indenização. No dia 15 de julho de 1976, chefiados pelo fazendeiro João Mineiro, cerca de 60 homens armados apareceram na missão. Assassinaram o P. Rodolfo e o Bororo Simão, deixando ainda quatro feridos, todos eles desarmados. Na confusão do tiroteio morreu, também, um filho dos fazendeiros.* (1994: 30-31)

A Missão Salesiana de Mato Grosso publicou um trabalho sobre o Padre Rodolfo Lunkenbein em que o autor narra o episódio e apresenta uma bibliografia específica que trata sobre o assunto:

OCHOA C. **CIBAEIKARE**, Gonçalo. *Pe. Rodolfo Lunkenbein - uma vida pelos índios de Mato Grosso.* Campo Grande - MS, Missão Salesiana de Mato Grosso, 1995.

ANEXO IV

RESUMO DO PROJETO TUCUM

O Projeto Tucum é um curso supletivo de segundo grau profissionalizante, com habilitação em magistério.

É um curso parcelado, dividido em duas etapas: 1) intensiva - em que os cursistas freqüentam aulas normalmente; 2) intermediária - em que eles realizam trabalhos práticos, pesquisas e estágios nas escolas das aldeias onde trabalham. A etapa intensiva é constituída de oito períodos de um mês cada, onde é ministrada pelo menos uma disciplina por semana. A etapa intermediária é constituída de sete períodos entre os meses de férias escolares, quando ocorre a etapa intensiva.

Segundo o Projeto, sua proposta pedagógica diz ter como princípios norteadores três eixos fundamentais em seu currículo: a terra, a língua e a cultura.

Nesse sentido, a proposta diz se ancorar nos seguintes elementos: interculturalidade, construção coletiva do trabalho pedagógico, globalização como um processo de formação, pesquisa científica enquanto princípio educativo e avaliação enquanto um processo pedagógico contínuo.

O Programa envolve 15 municípios[90], diz atender diretamente a 200 índios e 11 grupos indígenas, divididos em quatro Pólos:

Pólo I - Tangará da Serra - Apiaká, Irántxe, Kayabí, Mundurukú, Nambikwára, Paresí, Rikbaktsá e Umutína;

Pólo II - Água Boa - Xavánte;

Pólo III - General Carneiro - **Bóe**-Bororo;

Pólo IV - Paranatinga - Bakairi e Xavánte.

---

[90] Água Boa, Barra do Garças, Barra do Bugres, Barão de Melgaço, Brasnorte, Campinápolis, Campo Novo dos Parecis, General Carneiro, Juara, Nobres, Paranatinga, Planalto da Serra, Rondonópolis, Santo Antônio do Leverger e Tangará da Serra.

Segundo a Coordenação Política e Pedagógica do Curso, sua finalidade é acabar com o nivelamento. Assim, um curso normal que o aluno levaria onze anos de estudos para concluir, pelo Projeto Tucum, conclui-se em quatro anos, dos quais só há freqüência regular durante oito meses (janeiro e julho de cada ano).

Do curso fazem parte tanto alunos com formação de segunda série quanto alunos que já haviam iniciado o segundo grau. Todos na mesma turma. Ele propõe a supressão de conteúdos tradicionais e dispensa a avaliação de aprendizagem de apreensão de conteúdos mínimos, sob o argumento de que a avaliação é processual.

O Projeto Tucum, que se iniciou em 1995, tinha seu término previsto para o ano 2000.

Foto nº. 18 – Cursistas e equipe de trabalho do Projeto Tucum – Pólo III – Bóe-Bororo. Encerramento da primeira etapa, Meruri, setembro de 1996.

ANEXO V

DECRETO N.º 26/91, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1991

Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei n.º 6001, de 19 de dezembro de 1973 e em cumprimento da Convenção n.º 107 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada pelo Decreto n.º 58.824, de 14 de julho de 1966, sobre a proteção da integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes, DECRETA:

Art.1º. - Fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à Educação Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI.

Art. 2º. - As ações previstas no Art. 1º. serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

Brasília, 4 de fevereiro de 1991, 170º. da Independência e 103º. da República.

FERNANDO COLLOR DE MELLO

JARBAS PASSARINHO

CARLOS CHIARELLI

PUBLICADO NO D.O.U. DE 5/02/91

ANEXO VI

FERRONORTE

A FERRONORTE é um empreendimento privado de construção de uma linha ferroviária com o objetivo de ligar as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil ao Sul e Sudeste e dos Portos de Exportação.

O projeto foi aprovado no Senado Federal em 1978, mas a empresa só foi constituída em 1988, tendo como sócios: BNDS, FUNCEF, BRADESCO, Previ Chase Manhatan, que juntos possuíam 72% das ações, e o Grupo Itamarati do empresário Olacyr de Moraes, que detinha 28% das ações. Parte dos recursos da construção seriam financiados pela SUDAM (Superintendência da Amazônia). As obras tiveram início em setembro de 1992.

A FERRONORTE S.A. foi a primeira concessionária privada estruturada no país e recebeu uma concessão por 90 anos para construir e operar um sistema ferroviário de carga de 5 mil quilômetros, ligando Cuiabá (MT), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Aparecida do Taboado (MS), Porto Velho (RO) e Santarém (PA).

Até o final de 1997, estava em execução a primeira fase da ferrovia (410 km), entre Santa Fé do Sul (SP) e Alto Taquari (MT). O primeiro trecho, de 110 km, entre a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná e o Terminal de Inocência (MS), foi inaugurado em 29 de maio de 1998. A inauguração do Terminal Olacyr de Moraes, localizado em Alto Taquari, deu-se em 6 de agosto de 1999.

Na primeira versão do projeto, um dos percursos previa cortar a Área Indígena Tereza Cristina, dos índios **Bóe**-Bororo. Entretanto, a intervenção de órgãos indigenistas como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) levou os técnicos a proceder a alterações, fazendo um novo trajeto, no qual a linha férrea passaria entre 30 e 100 quilômetros da Aldeia Indígena Córrego Grande.

A discussão de tais impactos ocorreu até mesmo dentro da referida Aldeia. Nos dias 7 e 8 de junho de 1996, reuniram-se, ali, lideranças indígenas das Áreas de Tereza Cristina, Perigara e

Tadarimana e representantes dos seguintes órgãos: FUNAI, Terraplan (firma que elaborou o EIA – Estudo de Impacto Ambiental), FEMA/MT, CIMI/MT, Procuradoria Geral da República e PNUD/PRODEAGRO (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

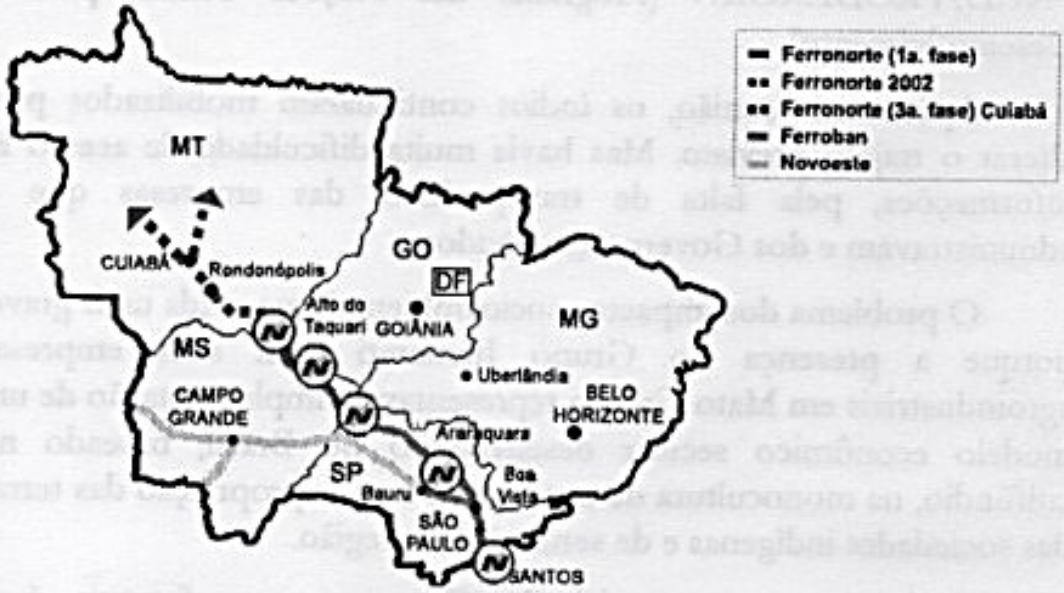
Após essa reunião, os índios continuaram mobilizados para alterar o trajeto previsto. Mas havia muita dificuldade de acesso às informações, pela falta de transparência das empresas que o administravam e dos Governo envolvidos.

O problema dos impactos socioambientais era ainda mais grave, porque a presença do Grupo Itamarati com suas empresas agroindustriais em Mato Grosso representava a implementação de um modelo econômico secular desenvolvido no Brasil, baseado no latifúndio, na monocultura de exportação e na expropriação das terras das sociedades indígenas e de sertanejos da região.

O interesse empresarial do Grupo com a ferrovia é o escoamento das mercadorias para as cidades e portos do Sudeste do Brasil.

Sua política produtiva, entretanto, além do desequilíbrio ecológico, abre caminho para a implantação de outras empresas latifundiárias agrárias, que servirão para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais na região, devido à concentração das terras e da renda em mãos de grandes latifundiários e ao crescimento demográfico em áreas urbanas sem os equipamentos sociais e produtivos necessários ao atendimento básico das populações que acorrem às cidades em busca de sobrevivência.

Mapa da situação atual da FERRONORTE



Fonte: http://www.ferronorte.com.br/malha/malha.htm (28/9/03)

ANEXO VII

HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ

É um projeto que visa ligar, por via fluvial navegável, cinco países sul americanos: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, além de abrir uma via de acesso ao Oceano Atlântico, especialmente para a Bolívia, Paraguai e regiões do Centro-Oeste brasileiro.

O trajeto previsto no projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná é o seguinte: de um porto a cerca de 80 km do município de Cáceres - MT ao porto de Nueva Palmira, no Uruguai, em uma extensão de 3.442 quilômetros, sendo 2.202 km no Rio Paraguai e 1.240 km. no Rio Paraná.

Seus objetivos são atender às exportações de grãos e manufaturados dos cinco países envolvidos no Projeto, garantir o acesso da Bolívia e do Paraguai ao Oceano Atlântico e reduzir os preços dos fretes e, conseqüentemente, dos produtos desses países, garantindo-lhes competitividade no mercado internacional.

A primeira etapa das obras de aprofundamento de leito para a viabilização da hidrovia foi feita em 12/2/97, na Argentina, e a previsão para conclusão da obra é 1998, com um custo previsto de US$ 1 bilhão.

Estão previstas 251 obras nos leitos dos rios Paraguai e Paraná, com forte impacto ambiental, dentre elas:

1) Construções de barragens, remoção de rochas e fechamento de afluentes laterais, alterando o ecossistema do Pantanal e, segundo os ambientalistas, colocando em risco os Rios Paraguai e Paraná e a bacia do Prata.

2) Implantação de canais que, segundo estudos técnicos de ONG's ambientalistas, pode resultar em acréscimo de 35% na vazão do Rio Paraguai, ou seja, haveria uma perda adicional de água no Pantanal da ordem de 17 bilhões de metros cúbicos.

3) Modificação do leito do rio, com dragagem de areia e corte de meandros (curvas). Há uma previsão de dragagem de 4 milhões de metros cúbicos de areia.

O povo indígena **Bóe**-Bororo vive em quatro áreas indígenas, dentre as quais três se localizam na bacia do Rio São Lourenço, afluente do Rio Paraguai.

A Área Indígena Tadarimana se localiza às margens dos Rios Tadarimana, **Jurigue** e Vermelho, que afluem para o São Lourenço. As Áreas Indígenas Tereza Cristina e **Perigara** se localizam às margens do próprio Rio São Lourenço, estando essa última no Pantanal Mato-Grossense.

As alterações no ecossistema do Pantanal, seus reflexos diretos nos Rios São Lourenço e seus afluentes e a transformação do Pantanal em uma nova frente de expansão agrícola do Estado de Mato Grosso são os problemas que mais preocupam índios e indigenistas.

ANEXO VIII

PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 559

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 559, DE 16 DE ABRIL DE 1991

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e considerando:

que, historicamente, no Brasil, a educação para as populações indígenas tem servido como instrumento de aculturação e destruição das respectivas etnias, reivindicando todos os grupos indígenas, hoje, uma escolarização formal com características próprias e diferenciadas, respeitadas e reforçadas suas especificidades culturais;

que a Constituição de 1988, especialmente através do § 2º. do artigo 210, garante ao índio esse direito;

que com tais conquistas as escolas indígenas deixarão de ser um instrumento de imposição de valores e normas culturais da sociedade envolvente, para se tornarem um novo espaço de ensino-aprendizagem, fundada na construção coletiva de conhecimentos, que reflita as expectativas e interesses de cada grupo étnico;

que o objetivo dessa ação intergovernamental é garantir que as ações educacionais destinadas às populações indígenas fundamentem-se no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e nos seus processos próprios de transmissão do saber;

que a educação indígena, por força da Constituição Federal de 1988, da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e em decorrência do Decreto n.º 26, de 4 de fevereiro de 1.991, constitui um dever do Estado, resolvem:

Art. 1º. - Garantir às comunidades indígenas uma educação escolar básica de qualidade, laica e diferenciada, que respeite e fortaleça seus costumes, tradições, línguas, processos próprios de aprendizagem e reconheça suas organizações sociais.

Art. 2º. - Garantir ao índio o acesso ao conhecimento e o domínio dos códigos da sociedade nacional, assegurando-se às populações indígenas a possibilidade de defesa de seus interesses e a participação plena na vida nacional em igualdade de condições, enquanto etnias culturalmente diferenciadas.

Art. 3º. - Garantir o ensino bilíngüe nas línguas materna e oficial do país, atendidos os interesses de cada grupo indígena em particular.

Art. 4º. - Criar, no Ministério da Educação, uma Coordenação Nacional de Educação Indígena, constituída por técnicos do Ministério e especialistas de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no País.

§ 1º. - A Coordenação apresentará, no prazo de (?) dias, documentação detalhada de como se desenvolverão todas as ações do Ministério em relação à questão em pauta.

§ 2º. - A Coordenação deverá considerar, nas suas ações, os estudos, pesquisas antropológicas e lingüísticas que contribuem para a melhoria da prática educativa dirigida às populações indígenas, especialmente ao registro e sistematização de seus etno-conhecimentos e à investigação de seus processos cognitivos de transmissão e assimilação do saber.

Art. 5º. - Estimular a criação de Núcleos de Educação Indígena nas Secretarias Estaduais de Educação, com a finalidade de apoiar e assessorar as escolas indígenas.

Parágrafo Único - Esses núcleos deverão contar com a participação de representantes das comunidades indígenas locais atuantes na educação, de ações governamentais e não governamentais afetas à educação indígena e de Universidades.

Art. 6º. - Garantir, no orçamento dos diversos órgãos envolvidos, recursos financeiros destinados às ações de educação escolar nas áreas indígenas, sendo que a aplicação dos recursos repassados às Secretarias de Educação será acompanhada pela Coordenação Nacional.

Art. 7º. - Determinar que os profissionais responsáveis pela educação indígena, em todos os níveis, sejam preparados e capacitados para atuar junto às populações étnicas e culturalmente diferenciadas.

§ 1º. - Nesse sentido, deverão ser mantidos e executados programas permanentes de formação, capacitação e especialização de recursos humanos para atuação junto às comunidades indígenas.

§ 2º. - É garantido, preferencialmente, o acesso do professor índio a esses programas permanentes.

Art. 8º. - Determinar que, no processo de reconhecimento das escolas destinadas às comunidades indígenas, sejam consideradas, na sua normatização, as características específicas da educação escolar indígena no que se refere a:

a) conteúdos curriculares, calendário, metodologias e avaliação adequados à realidade sociocultural de cada grupo étnico;

b) materiais didáticos para o ensino bilíngüe, preferencialmente elaborados pela própria comunidade indígena, com conteúdos adequados às especificidades socioculturais das diferentes etnias e à adequação do conhecimento universal;

c) cumprimento das normas legais e respeito ao ciclo de produção econômica e às manifestações socioculturais das comunidades indígenas;

d) funcionamento de escolas de ensino fundamental no interior das áreas indígenas, a fim de não afastar o aluno índio do convívio familiar e comunitário.

e) construção das escolas nos padrões arquitetônicos característicos de cada grupo étnico.

Art. 9º. - Garantir aos alunos indígenas condição para continuidade da escolarização, nas demais escolas do sistema nacional, quando não for oferecido o ensino do 2º. grau no interior das áreas indígenas.

Art. 10º. - Assegurar, através da Fundação de Assistência ao Estudante, a publicação e distribuição do material didático-pedagógico previsto no artigo anterior.

Art. 11º. - Garantir a inclusão das ações de Educação Indígena no Plano Nacional de Educação.

Art. 12º. - Garantir isonomia salarial entre professores indígenas, respeitadas as qualificações e vantagens específicas.

Art. 13º. - Determinar à Secretaria Nacional de Educação Básica, à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica e à Secretaria Nacional de Educação Superior a revisão da imagem do índio, historicamente distorcida, divulgando-a na rede de ensino, através de literaturas didáticas.

Art. 14º. - Colocar à disposição das populações indígenas as informações necessárias à defesa, preservação e proteção das suas reservas, assim como a valorização do seu saber sobre o tema.

Art. 15º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS PASSARINHO
Ministro da Justiça

CARLOS CHIARELLI
Ministro da Educação

(Publicado no Diário Oficial da União de 17/4/1.991)

Anexo IX – Origem dos cães

Este texto foi extraído da Enciclopédia Bororo, vol. II, 1969: 437-449:

Esta lenda pretende justificar a fundação histórica da célebre aldeia **Arigáo Boróro,** situada quase na barra do rio **Tadari Umána,** e descrever a origem mágica dos cães.

Assim como a chefia da tribo passou da metade exógama dos **Tugarége** para a dos **Eceráe,** assim também aconteceu com o direito de primazia sobre os cachorros, animais de suma importância para os Bororo, índios essencialmente caçadores.

Por este motivo, os cães, de acordo com a cor de seu pêlo, foram arrolados entre os antepassados, ou totens, de vários clãs e subclãs da metade dos **Eceráe**, situada ao norte da taba.

Certa vez, um grupo de Bororo, do clã dos **Aróroe**, vagando por sertões e matas, descobriu uma pequena clareira natural. Nela, viam-se numerosas pegadas de cães. A clareira se estendia quase na barra do **Urugúbo**, chamado também **Tadári Umána**, mas um pouco retirada de suas margens. Os **Aróroe**, intrigados com a origem das pegadas, começaram a procurar um hipotético trilho pelo qual os cães poderiam ter vindo àquela localidade. Não lograram, porém, divisar nada.

Chegaram, então, à mesma localidade muitos Bororo do clã dos **Iwagúdu-dóge.** Sem respeitarem o direito de primazia que cabia aos **Aróroe**, pelo fato de terem chegado primeiro, começaram imediatamente a ampliar a área encontrada com o fim de prepararem um bom lugar para uma nova e grande aldeia. Assim tiraram este privilégio a **Mano Kuriréu, Mano Báru, Baitagógo e Kaboréu** que eram chefes de vários subclãs dos **Aróroe.**

Depois os **Iwagúdu-dóge** varreram bem a praça com um rico enfeite de penas, feito vassoura, ornaram-se com diademas e começaram a dançar.

Quase logo apareceram, saindo da terra, alguns cães que latiam alegremente: "**kuí, kuí, kuí**". Um deles, de pêlo preto, foi lamber os tornozelos de **Aróia Kuriréu**. Outro, de cor parda, fez a mesma coisa com **Butóre Agádu** e um terceiro, totalmente branco, foi ter com **Okóge Ebówu**. Depois, muitos outros cães surgiram do chão e todos eles se dirigiram aos **Iwagúdu-dóge.** Dizem os Bororo que tinham a pelame muito bonita. Explicam que o cão era assim porque [o preto] havia esmagado [com os pés] uma fruta de jenipapo; o branco, porque havia pisado tabatinga, e o pardo, porque passara por piçarra avermelhada. Afirmam que os cães que apareceram por último não eram tão bonitos como os primeiros.

Aróia Kuriréu doou o cão preto a **Akarúio Bokodóri** que lhe impôs o nome de **Bakóro Uwuría. Butóre Agádu** entregou o seu, pardo, a **Kaígu** que o chamou de **Arigáo Koca,** e **Okóge Ebówu** cedeu o de pêlo branco a **Poriréu** que disse: "Este cão é branco e vou continuar a chamá-lo de cão branco, sem dar-lhe outro nome". Outros **Iwagúdu-doge** ofereceram um cão branco, de nariz preto, a **Íno Kúri** que lhe impôs o nome de **Arigáo Aéno**. Outro belíssimo animal, também preto, foi dado a **Jerígi Otojíwu** que o denominou de **Arigáo Kogojeba.**

Akarúio Bokodóri - Nome próprio de um grande chefe do subclã dos **Baádo Jebáge Cobugiwúge Bóe E-iadadawúge.** No vol. I da EB, pág. 444, é classificado como chefe dos **Baádo Jebáge Cobugiwúge Cebegiwúge,** de acordo com a opinião de outros informantes.

Arigáo Boróro - Aldeia do Cão. Pequena clareira em que alguns Bororo descobriram pegadas de cães e por isso denominaram aldeia do cão.

Arigáo Aéno – Nome próprio dado por **Íno Kúri** a seu cão e também catalogado entre os nomes próprios de pessoas do subclã dos **Bokodóri Eceráe Cebegiwúge**

Arigáo Koca – Nome dado por **Kaígu** a seu cão. Entra também no catálogo dos nomes do subclã dos **Bokodóri Eceráe Cobugiwúge**.

Arigáo Kigaduréu – Cão branco. **Poriréu** não deu nenhum nome novo ao cão que recebeu, mas o chama com o próprio nome da cor

do pêlo. Por este motivo o nome **Arigáo Kigaduréu,** como nome próprio de pessoa, também pertence ao subclã de Poriréu, isto é, dos **Bokodóri Ecerae Cobugiwúge.**

Arigáo Kogojeba – Nome do cão de **Jerígi Otojíwu,** o qual está também na lista dos nomes próprios de pessoa do subclã de seu dono.

Aróia Kuriréu – nome próprio de um chefe do subclã dos **Iwagúdu-dóge Cebegiwúge.**

Aróroe – membros de um clã da metade dos **Tugarége.** Trata-se de alguns indivíduos do citado clã que descobriram pegadas de cães no chão da clareira, onde seria edificada a aldeia.

Baitagógo – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Aróroe Cobugiwúge,** segundo a opinião de alguns informantes.

Bakóro Uwuría – Nome que **Akarúio Bokodóri** deu ao cão preto que recebeu de presente. Este nome faz parte também da onomástica de seu subclã.

Butóre Agádu – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Iwagúdu-dóge Cobugiwúge.**

Íno Kúri – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Bokodori Ecerae Cebegiwúge.**

Iwagúdu-dóge – membros de um clã da metade dos **Tugarége.** Possivelmente, com a anuência do grande chefe **Baitogógo,** delimitaram o espaço, ao redor da clareira, onde deveria se edificar uma das maiores aldeias.

Jerígi Otojíwu – Nome próprio de um grande chefe do subclã dos Baado Jebáge **Cobugiwúge Cobugiwúge.**

Kaboréu - Nome próprio de um chefe do subclã dos **Aróroe Cobugiwúge,** segundo a opinião de alguns informantes.

Kaígu – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Bokodóri Ecerae Cobugiwúge.**

Mano Báru – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Aróroe Cebegiwúge.**

Mano Kuriréu – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Aróroe Cebegiwúge.**

Okóge Ebówu - Nome próprio de um chefe do subclã dos **Iwagúdu-dóge Cobugiwúge.**

Poriréu – Nome próprio de um chefe do subclã dos **Bokodóri Ecerae Cobugiwúge.**

Tadári Umána – Rio Tadarimana, afluente da esquerda do Pogúbo, Rio Vermelho. Atravessa o ambiente natural dos Bororo, numa das regiões mais férteis e ricas.

Urugúbo – Outro nome que os Bororo davam ao Rio Tadarimana. **Urúgo í** é uma árvore de frutos fétidos que são usados como isca para pesca.

TRABALHOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS PELO AUTOR

Questão Indígena: Brasil 'Internacional' – conflitos étnicos e territoriais. In: Revista História & Perspectiva, Uberlândia-MG, UFU, n. 9, jul./dez. 1993, p. 87-98.

A questão indígena no conteúdo curricular das quatro primeiras séries escolares. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Metodologia da Pesquisa Educacional do Departamento de Educação do Câmpus Universitário de Rondonópolis da UFMT, 1993.

Uma experiência de 'ensinar' História. In: Revista Coletâneas do Nosso Tempo/Departamento de História/Rondonópolis-MT, EdUFMT, v. 2, n. 2, 1997, p. 39-50.

Autonomia e autodeterminação: o novo discurso da diferença. In: Revista de Educação Pública, Cuiabá, EdUFMT, v. 7, n. 12, jul./dez. 1998, p. 59-72;

Núcleo de Documentação Bóe-Bororo: relato de uma experiência. In: Revista de Educação Pública, Cuiabá, EdUFMT, v. 7, n. 12, jul./dez. 1998, p. 215-228;

Ciência e ideologia. In: Revista Coletâneas do Nosso Tempo/Departamento de História/Rondonópolis-MT, EdUFMT, v. 3, n. 3, 1998, p. 91-108.

Formação de professores índios: elos da construção coletiva. (co-autoria: Paulo Tsererãwe Dumhiwe). In: Revista Busca e Movimento (Org. Antonio Carlos Máximo). Depto. de Educação da UFMT, Rondonópolis-MT, ano 3, n. 3, 1999, p. 127-144.

Terena-MT – da expropriação da terra à periferia da cidade. In: Revista Intergeo do Departamento de Geografia de Rondonópolis. EdUFMT, ano 1, n. 1, 2001, p. 111-131.

Sociedades indígenas: perda ou ampliação cultural? In: Revista da APG/PUC-SP, São Paulo, Ed. Lorosae, v. 1, n. 27, março 2002, p. 149-161.

Formação de professores índios: um programa específico para os Bororo. In: Revista Busca e Movimento (Org. Antonio Carlos Máximo). Depto. de Educação da UFMT, Rondonópolis-MT, ano 5, n. 5, 2002, p. 87-102.

Terena-MT: da periferia da cidade à beira da rodovia. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, Cuiabá-MT, v. 3, n. 2, jul./dez. 2002, p. 133-149.